



Ministério da Justiça

Assistência Jurídica Integral e Gratuita
Combate à Criminalidade
Combate ao Crime Transnacional
Defesa do Consumidor
Defesa dos Direitos Difusos
Defesa Econômica e da Concorrência
Democratização do Acesso à Informação Legislativa
Estrangeiros no Brasil
Gestão da Política na Área da Justiça
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas
Modernização da Polícia Federal
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e
Etnodesenvolvimento
Reconhecimento de Utilidade Pública
Reforma do Judiciário
Segurança Pública nas Rodovias Federais
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Justiça, foram utilizados R\$ 4,6 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 5.375.463.058,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 4.663.005.393,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 5.375.463.058,00	Total realizado:	R\$ 4.663.005.393,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 370,7 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 271,3 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Justiça em 2005 a serem destacados foram:

- Avanço na integração dos órgãos de segurança pública por meio do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). A integração dos órgãos de segurança materializou-se com a criação da Força Nacional de Segurança Pública, que se fortaleceu em 2005, e com a expansão da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Infoseg), que se tornou operacional para as 27 Unidades da Federação (UF). Os principais objetivos da criação da Força são a padronização de procedimentos e equipamentos na atuação das polícias militares e a elaboração de uma doutrina nacional para os policiais militares estaduais. A Força, que é composta por policiais militares e bombeiros dos Estados e do Distrito Federal, conta com 4.264 profissionais treinados, dos quais 2.843 receberam instrução de nivelamento em 2005. A Rede, por sua vez, possui informações sobre inquéritos policiais, processos judiciais e mandados de prisão, dados cadastrais e imagens (CPF, CNPJ, foto CNH), dados de veículos e proprietários, condutores e multas e dados de armas da Polícia Federal (PF) e do Exército.
- Esforços no sentido de agir sobre a cultura das instituições de segurança, formando um novo policial. O Ministério da Justiça buscou traçar os parâmetros para a formação de profissionais capazes de promover ações preventivas e que usem da força apenas quando necessário. Nesse sentido, foi implementada a matriz curricular nacional para o ensino policial, que

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

se constitui num referencial nacional para a formação dos operadores de segurança pública, calcado nos princípios de direitos humanos e cidadania, integração, interdisciplinaridade, continuidade e qualidade, visando a padronizar as atividades formativas em segurança pública nas academias e nos centros de ensino policial.

- Combate à criminalidade. Destacam-se as atuações de repressão ao tráfico de drogas, à corrupção, à lavagem de dinheiro, à pirataria e aos crimes contra a previdência social e contra os recursos naturais, além do combate ao crime transnacional. Em 2005 foram realizadas 9 operações especiais para combater o tráfico de drogas, que resultaram na apreensão de 168 toneladas de drogas e 87 pessoas. Outras 27 operações especiais de combate à corrupção culminaram com a prisão de 695 pessoas. Também merecem destaque as operações realizadas pela PF e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a participação eventual do Ministério Público Federal, visando ao desmantelamento de quadrilhas envolvidas na exploração, no transporte e na comercialização ilegal de madeira. Somente as operações Curupira I e II prenderam 142 pessoas. No que se refere ao combate à pirataria, a PF, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Secretaria da Receita Federal (SRF) têm realizado operações de sucesso, expresso na evolução do número de prisões. Em 2004 foram presas 33 pessoas, enquanto que no ano passado o número saltou para 1.200 prisões. No que se refere à apreensão de produtos, houve um aumento expressivo de 120% em relação a 2004. No tocante à repressão ao crime transnacional, foram bloqueados cerca de US\$ 300 milhões em recursos remetidos ilegalmente para o exterior, frutos de corrupção e relacionados ao crime organizado. Além disso, destacam-se os investimentos realizados na infra-estrutura da PF, tais como a aquisição de equipamentos destinados ao novo Instituto Nacional de Criminalística (INC) e às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal, que totalizaram R\$ 110 milhões em 2005 para a montagem de Laboratórios de Análises Químicas, Documentoscopia, Fotografia e DNA e a implantação da Rede de Radiocomunicação Fixa (Tetrapol) nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília e nas respectivas unidades táticas móveis para os demais Estados.
- Campanha de desarmamento. Foram recolhidas 460 mil armas até setembro de 2005 por meio da campanha do desarmamento iniciada em 2004, que pagou R\$ 46 milhões em indenizações. Esse pode ter sido o principal fator para a redução do número de homicídios em 2004. Um estudo realizado pelo Ministério da Saúde demonstrou que a mortalidade por arma de fogo no país decresceu 8,2% em 2004.
- Modernização do sistema penitenciário. O Governo Federal deu seguimento a três estratégias principais: diminuir a superlotação dos estabelecimentos penais nos Estados e no Distrito Federal, quebrar o controle de grupos criminosos organizados sobre a população prisional, e promover atividades que contribuam para a reintegração do preso à sociedade. Com vistas a consolidar o sistema penitenciário federal, deu-se seqüência ao projeto de construção das penitenciárias federais. As unidades de Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR) atingiram execução física de cerca de 90% e as obras da unidade de Mossoró (RN) foram iniciadas em novembro. Além disso, foram conveniadas 3.478 novas vagas nos sistemas penitenciários estaduais e disponibilizadas 8.412 vagas por meio de convênios firmados

em exercícios anteriores. No tocante ao reaparelhamento e à modernização dos órgãos de segurança de Estados e Municípios, foram transferidos R\$ 230,8 milhões.

- Assistência jurídica gratuita. Foram atendidas 227.119 pessoas
- Geração de subsídios para a reforma do judiciário. Foram propostos diversos projetos de lei de natureza infraconstitucional
- Patrulhamento ostensivo e controle de trânsito nas rodovias federais. Especificamente no que se refere à PRF, em 2005 ingressaram 1.100 novos policiais nos quadro da instituição e o número de veículos fiscalizados em 2005 foi superior a 7 milhões. Como resultado, foram aplicadas 1.434.213 notificações, feitas 109.453 apreensões de veículos, 21.135 apreensões de carteiras de habilitação e houve a recuperação de 3.237 veículos. Em decorrência da intensificação do combate ao tráfico de drogas, foram apreendidos aproximadamente 235 mil quilos de maconha e mais de 2 mil quilos de cocaína nesse período, além da erradicação de mais de 1 milhão de pés de maconha em operações realizadas no chamado “polígono da maconha”.
- Contribuição para a melhoria da qualidade de vida indígena. É de se ressaltar, finalmente, o resultado das ações gerenciadas pela Fundação Nacional do índio (FUNAI). Entre os principais resultados estão a prestação de atenção básica em saúde a 410.653 indígenas e a garantia de posse e usufruto de terras para mais de 5.200 índios

ASPECTOS RELEVANTES

As principais restrições que prejudicaram o desempenho do programa são a carência de recursos humanos, o contingenciamento orçamentário e a indisponibilidade de recursos financeiros. Há uma defasagem generalizada de pessoal técnico em áreas estratégicas que, via de regra, é minimizada mediante a contratação de prestadores de serviço e estagiários e pela requisição de funcionários de outros órgãos. Dos 325 cargos comissionados existentes no MJ apenas 48 são ocupados por servidores efetivos. São precárias tanto a alocação, quanto a redistribuição das pessoas no interior do Ministério. O último concurso público para o preenchimento de cargos foi realizado em 1983.

Os programas multissetoriais gerenciados pelo Ministério apresentam problemas recorrentes de gerenciamento. Nesses casos é preciso, além do aparelhamento das instituições, mais esforço no sentido de provocar reuniões do comitê gestor dos programas.

Também foram identificados diversos problemas relacionados à gestão das informações, dos processos e de custos. A gestão das informações tende a melhorar com a implantação do sistema de informações do MJ, previsto para entrar em funcionamento ainda em 2006. Mas praticamente não existe mecanismo que assegure sinergia e convergência entre os programas. Da mesma forma, são desenvolvidas apenas ações isoladas e esporádicas voltadas ao gerenciamento de custos.

Quanto ao relacionamento com os beneficiários e a sociedade, destaca-se o portal da transparência, por meio do qual o Ministério confere publicidade às informações orçamentárias e financeiras. Entretanto, existem poucas iniciativas para promover a participação social na formulação e implementação dos programas.

No tocante às boas práticas de gestão, destacam-se as atuações dos Conselhos Locais de Saúde e dos Conselhos Indígenas Regionais, os quais contribuem decisivamente no cumprimento da execução das ações referentes à educação e saúde dos povos indígenas.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Justiça.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA

OBJETIVO

Garantir a prestação de Assistência Jurídica Gratuita e o acesso à justiça ao cidadão, contribuindo para a democratização da justiça.

PÚBLICO-ALVO

Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial gratuita.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 32.589.188,00	Empenho Liquidado: R\$ 26.814.466,00 Pago estatais: - Total: R\$ 26.814.466,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. CIDADÃO ASSISTIDO COM PRESTAÇÃO JURÍDICA GRATUITA

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 227.119 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 180.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Já superado. Em 2005 o indicador superou o índice previsto para o final do PPA. A Defensoria Pública da União (DPU) conseguiu reduzir o custo médio por cidadão assistido em 2005 para R\$ 118,06, número bem menor que o registrado no ano de 2004, de R\$ 139,07.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Defensoria Pública é uma instituição estatal próxima à sociedade e assume uma posição pró-ativa em relação às demandas da mesma. O programa tem o objetivo de oferecer ao cidadão que não tenha condição de pagar os honorários de um advogado e as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, oportunidade de acesso à Justiça, contribuindo para a sua democratização, em especial, para a prevenção da violência e para assegurar o exercício da cidadania.

A consolidação deste programa de assistência jurídica, com orientação jurídica, disseminação de informações sobre direitos e deveres, promoção de conciliações, prevenção da violência, patrocínio de causas e defesa jurídica vem proporcionando grande impacto na transformação social no âmbito do Sistema Judiciário. O

programa também apresenta respostas a diversos desafios, face ao desconhecimento de direitos por parte do cidadão e ao descrédito da sociedade na Justiça. Por isso, busca-se ampliar o exercício da cidadania, principalmente, oferecendo aos cidadãos mais necessitados, mediante a assistência jurídica gratuita, uma maior aproximação à Justiça.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 227.119 atendimentos realizados pela DPU nos 28 núcleos instalados nas principais cidades brasileiras, o que representa um crescimento de 39% no número de atendimentos em relação ao ano de 2004, quando foram realizados 163.936 atendimentos.
- Foi desenvolvido no ano de 2005 o projeto “Defensoria Itinerante”, da DPU, com um atendimento de mais de 4 mil pessoas. No núcleo de Pelotas, a “Defensoria Itinerante” atendeu aos Municípios de São Lourenço do Sul, Jaguarão, Camaquã, Canguçu, Pedro Osório, Piratini e Cerrito, no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Em outros locais, a DPU acompanhou a Justiça Federal. A Defensoria Pública da União em Maceió participou do Primeiro Juizado Especial Federal Cível Itinerante, realizado no Município de Santana do Ipanema, no Estado de Alagoas. Houve também a participação da Defensoria Pública da União no projeto itinerante do Juizado Especial Federal do Estado do Tocantins, realizado nos Municípios de Palmas, Augustinópolis e Araguatins (Região do Bico do Papagaio), entre outros Juizados Itinerantes que possibilitaram a atuação da Defensoria Pública da União em lugares onde não há núcleos instalados.

Criação do núcleo de Roraima, na cidade de Boa Vista, em funcionamento na sala do Juizado Especial, com previsão de nova sede.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- Os resultados alcançados em 2005, acima do esperado, demonstram que o programa possui capacidade crescente para o atendimento da demanda por assistência gratuita prestada. Cabe destacar que a atual política de expansão das atividades de prestação dos serviços jurídicos aos assistidos considera o reduzido quadro de defensores públicos, a inexistência de quadro de apoio e o baixo número de cargos de DAS, estando atualmente direcionada ao fortalecimento dos núcleos nas capitais. Diante disso, para que essa expansão seja desconcentrada, é de suma importância a aprovação do projeto de criação de 169 cargos de defensor público da União, em relação ao qual a DPU tem se empenhado profundamente na tentativa de acelerar sua tramitação. Cabe destacar a apresentação da proposta de anteprojeto de Estruturação da Defensoria Pública da União, criando as carreiras de analista de assistência jurídica e de técnico de assistência jurídica, além da ampliação do quadro de defensor público da União de 2ª categoria. A proposta contempla a criação de mil cargos de defensor público da União de 2ª categoria e 4.660 cargos de apoio, dos quais 2.540 são de analista de assistência jurídica e 2.120 são de técnico de assistência jurídica.
- O público-alvo do programa são pessoas que recebem até dois salários mínimos, mais de 91 milhões de brasileiros. No entanto, o atendimento realizado considera as limitações financeiras e humanas que hoje atingem a

DPU. Prevê-se que, tão logo haja uma ampliação do quadro de defensores e a criação da carreira de apoio, haverá um substancial crescimento nos números de beneficiários do programa. Acredita-se ser possível realizar mais de 2 milhões de atendimentos à população carente por ano. Dessa forma, o dimensionamento do público-alvo está sempre condicionado e limitado aos recursos humanos e materiais existentes na Defensoria Pública da União.

- Em razão do pequeno orçamento liberado, muitas unidades de atuação da DPU nos Estados ainda não contam com os recursos materiais adequados ao pleno funcionamento. Cabe destacar duas fragilidades em especial: a ausência, em diversas unidades, de veículos para a realização dos trabalhos externos e o fato de que vários núcleos ainda não estão adaptados para o acesso de deficientes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

- Foi implantada pesquisa de satisfação dos usuários para avaliação da qualidade do atendimento prestado, por meio de questionário apresentado ao cidadão. Há iniciativas locais no sentido de verificar a qualidade do atendimento e o grau de conhecimento da instituição por parte da sociedade.
- O Tribunal de Contas da União realizou auditoria operacional em ampla amostra do atendimento da DPU, com o objetivo de efetuar diagnóstico sobre o desempenho do Programa de Assistência Jurídica Integral e Gratuita, atividade fim da instituição. A avaliação foi iniciada no segundo semestre de 2004 e se encerrou em junho de 2005.
- O controle efetivo das atividades desenvolvidas pelos núcleos é realizado através do Relatório Mensal de Assistência Prestada (REMAP), um sistema de controle dos trabalhos desenvolvidos pelos defensores públicos da União. Entretanto, um controle mais efetivo das atividades desenvolvidas pelos núcleos só será possível a partir da implantação do novo sistema informatizado, previsto para fevereiro de 2006. Trata-se de sistema de âmbito nacional, com possibilidade de fornecer uma extensa gama de relatórios estatísticos que evidenciarão detalhadamente as atividades desenvolvidas, permitindo que a administração superior avalie o desempenho setorial da DPU.
- A Defensoria Pública da União disponibiliza o serviço de ouvidoria com uma linha telefônica chamada “Disque Cidadão”, destinado a receber ligações de todo o território nacional. Neste canal, o cidadão pode fazer reclamações e dar sugestões sobre o serviço oferecido pela Instituição.
- Como boas práticas de gestão destacam-se: desenvolvimento pelo próprio órgão dos sistemas informatizados; utilização de software livre e gratuito; contatos com a Receita Federal e outros órgãos a fim de adquirir bens; e contatos com a Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, para aquisição de imóveis para instalação dos serviços de assistência jurídica.

RECOMENDAÇÕES

- Os defensores públicos são os agentes responsáveis pela execução das ações finalísticas do programa. Para evitar o desvio da função principal,

a Defensoria Pública Geral da União considera de extrema relevância a criação do quadro de apoio, o que certamente irá qualificar e agilizar os trabalhos desenvolvidos na Instituição.

- Criar o indicador “Número de Atendimentos Prestados ao Cidadão”, com a finalidade de identificar o atendimento prestado atualmente pela DPU, atendendo à recomendação do Tribunal de Contas da União.

COMBATE À CRIMINALIDADE

OBJETIVO

Intensificar o combate à criminalidade no país mediante o fortalecimento de repressão às organizações criminosas e operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os órgãos de segurança pública.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 159.758.994,00	Empenho Liquidado: R\$ 131.478.572,00 Pago estatais: - Total: R\$ 131.478.572,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA POLÍCIA FEDERAL.

Unidade de medida: Dia

Último índice apurado: 80 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 78

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. Este indicador é medido pelo tempo médio de conclusão dos inquéritos instaurados em um ano e relatados dentro do mesmo ano. No ano de 2004 foram realizados 10.577 inquéritos com tempo médio de conclusão de 76 dias e em 2005 foram realizados 13.363 inquéritos com tempo médio de conclusão de 80 dias.

2. TAXA DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA POLÍCIA FEDERAL.

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 64 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. A meta para o ano de 2005 foi de 82% de inquéritos concluídos. Em 2005 foram instaurados 66.373 inquéritos e relatados 42.656 inquéritos, o que implica em uma taxa de 64%, obtida pela relação percentual entre o número de inquéritos policiais relatados nas unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados pelo Departamento de Polícia Federal.

É importante observar que, mesmo não se alcançando a meta prevista para 2005, o valor obtido representou um aumento de oito pontos percentuais em relação ao valor apresentado no ano de 2004, que representa cerca de onze mil inquéritos a mais relatados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos, a criminalidade no país aumentou substancialmente em todos os níveis e modalidades. Tal quadro evidencia as questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, a atuação crescente do crime organizado com fortes reflexos nas taxas de violência, e a escalada da corrupção nas três esferas de poder. Amplia-se a necessidade de maior rigor no combate a crimes transnacionais como o tráfico de armas e drogas e a lavagem de dinheiro. Outra preocupação são os crimes ambientais (biopirataria, tráfico de animais, poluição hídrica), contrabando e descaminho, crimes pela Internet e a entrada e saída de pessoas sem o devido controle imigratório.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de 27 operações especiais de combate à corrupção, implicando na prisão de 695 pessoas.
- Realização de 9 operações especiais de combate ao tráfico de entorpecentes, resultando na prisão de 87 pessoas e apreensão de 168,4 toneladas de entorpecentes.
- Arrecadação de 448.419 armas de fogo por meio da campanha do desarmamento em 2005.

Em 27 operações especiais de combate à corrupção realizadas em 2005 foram presas 695 pessoas por corrupção, entre as quais 229 servidores públicos federais, estaduais e municipais. Foram presos políticos e empresários, acusados de crimes que vão da falsificação de documentos relativos à propriedades de terras na operação Terra Nostra, 8 prefeitos e 4 ex-prefeitos envolvidos com o desvio de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação pela Operação Guabiru e a prisão de policiais federais envolvidos com o desvio de cheques apreendidos durante a operação.

No que se refere à ação “Combate aos Crimes Contra a Previdência Social”, em 2005 foram detectadas e corrigidas irregularidades em 6.016 benefícios previdenciários, gerando uma economia mensal de R\$ 3,65 milhões, com possibilidade de se recuperar mais R\$ 96,5 milhões que foram pagos indevidamente ao longo do tempo. Nesse sentido, foram deflagradas 22 operações, que resultaram em 113 prisões de pessoas do público externo e interno que estavam envolvidas diretamente em fraudes; foram emitidos 74 mandados de busca e apreensão de elementos com provas de materialização das fraudes; foram instaurados 140 inquéritos policiais pela Polícia Federal para investigação de fraudes. No total, foram realizadas nesta ação 1.394 operações nas unidades centrais e descentralizadas do DPF.

No âmbito da ação “Combate aos Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União”, destaca-se a expedição de aproximadamente 55 mil Carteiras Nacionais de Vigilantes, 775 revisões para autorização de funcionamento de

empresas de segurança privada e julgados 1.029 processos punitivos que resultaram em 454 multas aplicadas, 23 advertências e 53 empresas clandestinas fechadas, entre outros.

O combate à lavagem de dinheiro, inserido na ação “Combate ao Crime Organizado e ao Tráfico Ilícito de Armas e Drogas”, é um ponto forte do programa. Em 2005, foram realizadas 2.647 operações no âmbito desta ação.

No combate ao tráfico de drogas foram realizadas em 2005 nove operações especiais e outras de menor porte que resultaram em 168,4 toneladas de drogas apreendidas e 4.181 traficantes presos. Ressalta-se que os resultados alcançados por esta ação em 2005 representaram o melhor resultado dos últimos anos - a maior quantidade de drogas apreendidas pelo DPF em um ano - e foram abertos 3.627 inquéritos por tráfico de drogas.

A operação Roupa Suja, que investigou organização criminosa que atuava em fraudes de licitações públicas, resultou em 14 prisões. A operação Canaã/Overbox, que investigou organização criminosa dedicada à prática de contrabando e descaminho, corrupção de agentes públicos e promoção de imigração ilegal para os Estados Unidos e países da Europa, resultou, entre outros, na prisão de sete agentes da Polícia Federal e cinco servidores da Receita Federal.

Das nove grandes operações realizadas pela Polícia Federal, destacam-se a operação Moluscas, que apreendeu cerca de seis toneladas de maconha no Estado do Paraná e a operação Pescador, que apreendeu cerca de três toneladas de cocaína nos estados do Pará e Amazonas. No combate ao tráfico de armas, foram realizadas as operações Gatilho e Chumbo Grosso, no período de fevereiro a novembro de 2005, que apreenderam 847 armas de diversos tipos e munições de diversos calibres.

A Campanha Nacional de Desarmamento, promovida pelo governo federal com base no Estatuto do Desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo são outros destaques nas realizações do programa. Em 2005 foram entregues à Polícia Federal 448.419 armas de fogo, valor que representa um grande número de armas irregulares retiradas de circulação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A avaliação do desempenho do programa requer um esclarecimento: a metodologia de planejamento e execução utilizada pelo DPF não tem correlação com a metodologia desenvolvida pelo Governo Federal para o PPA 2004-2007. Desta forma, os coordenadores de ação não têm qualquer conhecimento sobre a execução das ações, ou sobre quem as executa, da mesma forma que não sabem que providências adotar e a quem se reportar. Em suma, a metodologia de execução das ações através de coordenadores de ação não é utilizada pelo DPF.

A execução das ações, na maioria das vezes, é realizada por um conjunto de unidades, centrais e descentralizadas. Dessa forma, o resultado físico-financeiro referente à execução das ações é a soma das execuções destas unidades. As informações são repassadas por cada área no início do ano seguinte, quando é elaborado o relatório anual. Porém, este relatório é elaborado levando em consideração o executado por cada unidade central do DPF, não sendo orientado pelas ações. Esse distanciamento

da metodologia do PPA prejudica a avaliação do cumprimento de metas físicas e financeiras, já que a previsão constante da Lei Orçamentária não encontra rebatimento na efetiva execução das ações.

Para um acompanhamento dos executores e implantação de um sistema de monitoramento das ações é necessário modificar o modo como as unidades repassam as informações e orientar a execução de cada área com vistas às ações do PPA que implementam.

A iniciativa do Governo Federal em promover a aproximação dos órgãos ligados ao combate ao crime organizado e à segurança pública, por meio do Sistema Único de Segurança Pública, tem proporcionado uma maior integração do DPF com outras unidades do Ministério da Justiça, como a Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, que coordena os trabalhos relativos à lavagem de dinheiro. Estas parcerias necessitam de aprimoramento.

A Polícia Federal é constantemente demandada pelos mais diversos ministérios, que precisam de apoio operacional para a realização de suas atividades. Não obstante a natureza de imprevisibilidade da ação policial percebe-se que há espaço para um melhor planejamento no desenvolvimento dessas parcerias e no atendimento às demandas.

Os recursos materiais e de infra-estrutura disponíveis para a implementação do programa são inadequados. O DPF tem sérios problemas relativos ao espaço físico. O edifício-sede não comporta adequadamente todas as unidades centrais e necessita de reforma na parte elétrica, e na rede lógica de dados e, além disso, diversas unidades operacionais necessitam de reforma. Há um número insuficiente de computadores e de equipamentos especiais de uso policial, como armamento, coletes para proteção individual, equipamentos de inteligência, viaturas, embarcações, munição operacional, munição de treinamento, munição não-letal, entre outros.

Os limites orçamentário e financeiro disponibilizados para o programa não foram suficientes para atender a todas as despesas, refletindo-se em um alto valor de recursos inscritos em restos a pagar, o que interferiu no ritmo de execução da programação do exercício de 2005.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa prevê mecanismos de participação social, como a realização de audiências públicas voltadas a informações e esclarecimentos referentes a licitações. Esse canal de participação tende a minimizar os conflitos e demandas judiciais, tornando o processo mais célere. .

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

COMBATE AO CRIME TRANSNACIONAL

OBJETIVO

Combater o crime transnacional e repatriar recursos públicos desviados criminosamente para o exterior.

PÚBLICO-ALVO

Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário no Brasil e no exterior.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 1.641.644,00	Empenho Liquidado: R\$ 704.925,00 Pago estatais: - Total: R\$ 704.925,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. PRAZO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

Unidade de medida: Ano

Último índice apurado: 2,5 anos em 30/06/2003

Índice previsto ao final do PPA: 1,6 ano

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Os indicadores de recuperação de ativos estão sendo revistos em decorrência da experiência acumulada nos dois anos de criação do Departamento. Este indicador tem se mostrado inadequado para medir os resultados, especialmente em razão da longa duração do processo de recuperação de ativos, que depende do trânsito em julgado de processos judiciais no Brasil e nos Estados requeridos.

Em 2005, pelas razões expostas, não houve evolução no número aferido pelo indicador ou seja, nenhum dos cerca de 240 processos judiciais de recuperação de ativos monitorados constantemente pelo DRCI, no Brasil e no Exterior, foram concluídos. Conseqüentemente, o índice não teve como ser apurado em 2005, sendo difícil prever a viabilidade de seu alcance.

2. TAXA DE CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 5% em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 35%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Os indicadores de recuperação de ativos estão sendo revistos em decorrência da experiência acumulada nos dois anos de criação do Departamento. Este indicador tem se mostrado inadequado para mensurar os resultados, especialmente em razão da longa duração do processo de recuperação de ativos, que depende do trânsito em julgado de processos judiciais no Brasil e nos Estados requeridos.

Em 2005, pelas razões acima, não houve movimentação desse indicador. Ou seja, nenhum dos cerca de 240 processos judiciais de recuperação de ativos monitorados constantemente pelo DRCI, no Brasil e no Exterior, foram concluídos. Conseqüentemente, o índice não teve como ser apurado em 2005, sendo difícil prever a viabilidade de seu alcance.

3. NÚMERO DE ACORDOS FIRMADOS DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL.

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 8 em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O Índice já foi alcançado em 2004.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para o efetivo combate ao crime transnacional organizado é de fundamental relevância lograr a assinatura de acordos com países dotados de rígidos sistemas de proteção bancária e fiscal, onde grande parte do dinheiro produto de crime é depositada, visando à obtenção de provas e a repatriação de recursos, tomada de depoimentos e declarações, fornecimento de documentos ou registros, localização e identificação de pessoas (físicas e jurídicas) ou bens, entrega de documentos, execução de pedidos de busca e apreensão, procedimentos relacionados com a imobilização e perda de bens, restituição e cobrança e multas.

Assim, é necessário firmar acordos internacionais bilaterais e multilaterais, tendo em vista a limitação do alcance da legislação doméstica para enfrentar esse desafio, uma vez que a Justiça Nacional necessita, constantemente, do contato com autoridades judiciárias estrangeiras. A Carta Rogatória consiste na solicitação feita por um juiz ou tribunal de um país ao de outro, por meio de acordos internacionais, para que determine o cumprimento de certos atos processuais que fogem à jurisdição da autoridade solicitadora (rogante) e pertencem à jurisdição da autoridade solicitada (rogada).

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 407 ações penais e inquéritos policiais por lavagem de dinheiro iniciados em 2005.
- 490 agentes públicos de combate à lavagem de dinheiro capacitados e treinados em 415 horas/aula, totalizando 22.476 agentes/hora capacitados.
- 241 processos de cooperação jurídica em matéria penal com vistas à recuperação de ativos.
- 263 pedidos de rastreamento solicitados a 21 países diferentes.
- 162 pedidos de bloqueio solicitados para o exterior.
- 22 tratados de cooperação jurídica em matéria penal com 22 países em tramitação no Congresso Nacional
- Organização da 3ª edição da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O número de ações penais e inquéritos policiais por lavagem de dinheiro passou de 384 iniciados em 2004 para 407 iniciados em 2005, repetindo a tendência de alta verificada em 2003, quando foram iniciadas 224 ações penais e inquéritos. Os números entre 1998 (ano de edição da Lei de Lavagem de Dinheiro - Lei 9.613/98) e 2002 foram, respectivamente, 3, 18, 24, 68 e 41. Interpreta-se o elevado aumento de ações e inquéritos como um resultado direto da política do Ministério da Justiça de ampliar o combate à Lavagem de Dinheiro, iniciativa que se consolidou na Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA).

A capacitação e treinamento de agentes públicos para o combate à lavagem de dinheiro é parte essencial do programa de combate ao crime organizado transnacional. Em 2005, foram capacitados 490 agentes, um aumento percentual de mais 93% em relação ao ano passado. Em relação ao PPA, cuja meta era capacitar 98 agentes em 2005, os resultados foram 400% superiores. Os recursos para esse aumento substancial foram obtidos em parcerias (recursos não-orçamentários), uma vez que apenas 14,1% dos recursos disponíveis na ação específica foram realizados.

Os resultados da área de recuperação de ativos em 2005 foram significativos: 241 processos de cooperação jurídica em matéria penal com vistas à recuperação de ativos; 263 pedidos de rastreamento solicitados para o exterior (21 países diferentes) e 162 pedidos de bloqueio solicitados para o exterior (21 países diferentes).

O Brasil tem tratados de cooperação jurídica em matéria penal com 9 países. Atualmente, acordos com outros 22 países encontram-se em tramitação para aprovação no Congresso Nacional. Está aprovado pelo Congresso e aguardando promulgação o acordo com a Coreia do Sul. Acordos com outros 8 países já foram negociados pelo DRCI, os quais serão remetidos, pelo Ministério das Relações Exteriores, ao Congresso Nacional. A meta inicial prevista para todo o período do PPA já foi superada

A organização da terceira edição anual da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA), de 8 a 11 de dezembro de 2005, em Vitória (ES), consolidou um modelo de formulação de política

pública que envolve órgãos não subordinados ao Governo, como Poder Judiciário e Ministério Público.

Embora os números demonstrados nos resultados acima descritos indiquem um resultado acima do esperado, a falta de série histórica para os números não permite uma previsão confiável dos resultados e, portanto, a diferença estaria dentro de uma margem de erro esperada.

Repetiram-se em 2005 os problemas resultantes da falta de servidores efetivos na equipe executora, que são supridos por cargos DAS 1, 2 e 3, cuja baixa remuneração tem estimulado a rotatividade de pessoal. Manteve-se uma alta taxa de rotatividade (cerca de um terço da equipe foi renovada no período de um ano), gerando falha na continuidade dos projetos, perda de conhecimento e de recursos investidos em treinamento e capacitação. Têm sido executadas ações de desenvolvimento interno e de retenção de pessoal para procurar minimizar o problema.

Somente no segundo semestre de 2005 foi resolvido um grave problema consistente na ausência de um contrato de tradução de documentos, uma vez que os pedidos de cooperação jurídica internacional, principalmente com vistas a rastreamento, bloqueio e recuperação de ativos, necessitam de tradução. A ausência deste contrato resultou em lentidão na tramitação de pedidos de cooperação.

Ressalva-se que a ação 4946 - “Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro”, de responsabilidade do Ministério da Fazenda, não pôde ser acompanhada pela gerência do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação a articulação não-hierárquica, foi realizada a terceira edição anual consecutiva da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA), onde os principais dirigentes dos órgãos envolvidos com o tema identificaram os problemas existentes, concluindo que os órgãos e agentes públicos, federais e estaduais, responsáveis por esse combate, executavam agendas próprias e desarticuladas, muitas vezes conflitantes, não compartilhando conhecimento e informações, o que foi fundamental para o alcance de resultados.

Para acompanhar o andamento dos objetivos e metas definidos em cada edição da ENCLA, foi criado o Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), composto pelos principais órgãos públicos federais e estaduais do Governo, Poder Judiciário e Ministério Público, que se reúnem periodicamente para acompanhamento da efetividade das metas. As autoridades e agentes públicos envolvidos nessa luta dispõem, hoje, de melhor base para continuar a construção do sistema brasileiro de combate a este crime. Neste foco, o combate à lavagem de dinheiro deixa de se resumir ao controle da atividade financeira para assumir papel essencial na política de combate ao crime.

O DRCI implantou o GESPÚBLICA, sistema de gestão governamental do MPOG baseado em critérios internacionais de excelência e obteve o primeiro certificado desse sistema no âmbito do Ministério da Justiça. A adesão ao GESPÚBLICA representou um norteamento de como as principais ações devem ser planejadas periodicamente,

executadas por meio de processos e projetos, analisadas criticamente por indicadores de resultados e melhoradas em ações corretivas e preventivas.

RECOMENDAÇÕES

- O problema que justifica o programa descrito faz menção a “remessa ao exterior de recursos provenientes de atividades ilícitas”. Dessa forma, não deixa claro que o enfoque do programa “Combate ao Crime Transnacional” limita-se ao combate mediante bloqueio e recuperação de ativos de origem criminosa e à cooperação internacional para esse fim, além da cooperação para produção de provas. Pode confundir-se, portanto, com as formas tradicionais de combate ao crime transnacional, mais afeitas à atividade policial. Dessa forma, recomenda-se a alteração do objetivo para: “combater o crime transnacional e indisponibilizar recursos existentes no exterior oriundos de atividades criminosas para futura repatriação, relacionados com investigações e processos brasileiros”.

DEFESA DO CONSUMIDOR

OBJETIVO

Promover a proteção e defesa do consumidor.

PÚBLICO-ALVO

Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, mídia internacional e seus correspondentes no Brasil.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 4.029.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.313.876,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.313.876,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO DE PROCONS ESTADUAIS AO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR (SINDEC).

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 40,7 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. A implementação do SINDEC nos primeiros órgãos integrados possibilitou um aprendizado que resultou em uma rotina testada; os computadores já foram adquiridos, possibilitando maior agilidade na implementação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os órgãos Federais, Estaduais, do Distrito Federal e dos Municipais, e entidades civis de defesa do consumidor integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) e são responsáveis, em seu âmbito de atribuições, pela proteção e defesa do consumidor. Todavia, é necessário fortalecer a implantação e consolidação da defesa do consumidor no Brasil. Muitos consumidores têm dificuldades de acesso à informação sobre seus direitos e muitos carecem de meios para concretizá-los. Merecem destaques os inúmeros conflitos relativos aos serviços públicos essenciais que recebem como relevantes ações destinadas à qualificação e fortalecimento dos integrantes do SNDC. Respondem por estas ações, como inovações do sistema, a instrumentalização da advocacia do consumidor perante os órgãos regulatórios e a promoção de atividades e cursos de formação e qualificação estratégica do sistema.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em 2005 foi realizada a integração entre PROCONs de 6 Estados (Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins) por meio do Sistema Integrado de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC), que somados com os 5 integrados, em 2004, totalizam 11 Estados e representam 40,7% do total.
- Potencialização da gestão dos órgãos de defesa do consumidor, ampliando a sua eficácia na resolução dos conflitos, permitindo o planejamento estratégico e a economia dos recursos públicos com o investimento em áreas críticas, e sobretudo, fortalecendo o consumidor e a sociedade nas relações de consumo.
- Fortalecimento dos serviços em defesa do consumidor por meio da capacitação de 1.084 técnicos de entidades componentes do SNDC.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- O contingenciamento orçamentário frustrou, em parte, a realização de algumas ações previstas no início do exercício. O atraso na liberação dos recursos gerou uma importante dificuldade no planejamento da realização de despesas e dificultou a execução plena do orçamento.
- Persiste a inadequação da infra-estrutura disponível para a Secretaria de Direito Econômico. Há escassez de espaço para acomodação dos servidores, o que resulta numa ocupação superestimada das salas.
- Os recursos humanos são escassos na Secretaria de Direito Econômico, impossibilitando a formação de uma equipe gerencial dedicada somente ao programa. Especificamente no Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, o quadro técnico é composto por 25 pessoas. Esse número está aquém do necessário para a expansão das metas e para que os servidores trabalhem sob um ritmo adequado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

- O sucesso na implementação do SINDEC pode ser atribuído à bem sucedida parceria da SDE com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do Ministério da Justiça, como também à habilidade da direção da SDE e do DPDC em mobilizar a equipe envolvida e em negociar e firmar parcerias com as entidades do SNDC (em especial com o Procon-SP, que cedeu o software que serviu de base tecnológica para o sistema).
- A participação social dá-se essencialmente perante os órgãos de atendimento, que são os Procons, as promotorias de defesa do consumidor e as entidades civis de defesa do consumidor. A SDE não faz atendimentos e atua na coordenação nacional do SNDC.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

OBJETIVO

Reparar danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, de portadores de deficiência, crianças, adolescentes, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 6.400.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 4.273.938,00 Pago estatais: - Total: R\$ 4.273.938,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS.

Unidade de medida: Projeto apoiado

Último índice apurado: 31 em 31/12/2005

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O programa foi excluído em 2006. Assim, não cabe medir a viabilidade de alcance de índice de indicador de programa excluído.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há uma série de bens e direitos protegidos por lei que não são de titularidade de particulares, mas estão difusos entre a sociedade. São exemplos desses bens e direitos, o patrimônio histórico, cultural e artístico do país, a proteção ao meio ambiente, a garantia da ordem econômica, a tutela dos cidadãos nas relações de consumo, além de outros interesses coletivos. Considerando-se o caráter difuso desses direitos, é necessária a atuação pró-ativa do Estado, tanto no sentido de garantir que eventuais danos sejam reparados, quanto no sentido de esclarecer e educar a sociedade a respeito da existência e da importância desses direitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foco mais centrado na recuperação do bem e do direito lesado.
- Melhores condições para monitoramento dos projetos.
- Melhores condições para a análise de projetos.

O programa, excluído da programação para 2006, teve uma execução financeira de 66,78%. A ação 6067 – “Defesa dos Direitos Difusos”, única ação do programa além da ação de gestão e administração do programa, teve uma execução financeira de 67,20%, para uma realização física de 96,88%.

A elevação do número de propostas específicas de reparação dos danos causados aos direitos difusos e aos bens respectivos, que constitui a prioridade do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD, ocorreu devido ao novo método de seleção, propiciado pela Resolução nº 11, de 25 de agosto de 2003, bem como pela maior divulgação do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD). Isso trouxe, ainda, um aumento da qualidade dos projetos apoiados pelo CFDD em relação aos anos anteriores.

A racionalização de procedimentos, anteriormente referida, propiciou as condições para uma análise de projetos mais pormenorizada por parte dos técnicos da Secretaria Executiva, resultando no aumento da qualidade dessa atividade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A Secretaria Executiva do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos depende da liberação de recursos financeiros para que os projetos aprovados pelo Colegiado sejam apoiados e as metas físicas e financeiras sejam alcançadas. Houve necessidade de correção do número de convênios previstos inicialmente na LOA, que passou de 19 para 50, com vistas a abranger os 50 projetos selecionados para apoio com recursos do FDD em 2005 e a refletir: o histórico do número de projetos apoiados com recursos do FDD desde sua criação.

A previsão do número de convênios a serem celebrados em 2005 precisou ser corrigida novamente, passando de 50 para 38, devido ao fato de indeferimentos e desistências quando da deliberação sobre os projetos. A execução financeira para o ano de 2005 (99,04%) deveria ser mais expressiva do que previsto inicialmente.

Com a nova política adotada, implementada por meio da Resolução nº 11, há uma tendência para que um maior número de convênios sejam firmados no segundo semestre, já que a votação dos projetos prioritários pelo Conselho dá-se entre os meses de outubro e novembro e os demais trâmites burocráticos necessários à celebração do convênio costumam levar, no mínimo, 6 meses. Todavia, essa restrição será solucionada com a publicação da Resolução nº 18, que altera o prazo para apresentação de projetos ao CFDD.

Nos meses de junho, setembro e outubro de 2005 o número de convênios firmados foi inferior ao previsto tendo em vista a demora dos proponentes em prestar as informações solicitadas pela Secretaria Executiva do CFDD e devido ao fato de os setores responsáveis pelos demais trâmites burocráticos necessários à celebração de convênios encontrarem-se muito atarefados, demandando mais tempo para efetuar

os procedimentos pertinentes. Conseqüentemente, a execução financeira situou-se abaixo do previsto. No entanto, com relação à meta física, houve apoio a 13 projetos de entidades não-governamentais e a 18 projetos de instituições governamentais, atingindo 96,88% da meta prevista.

Os parceiros não-governamentais desempenham com responsabilidade suas obrigações em relação aos convênios firmados, porém, para exercer melhor as atividades eles necessitam de maior flexibilidade de atuação. A forma de repasse dos recursos para os projetos deve ser aperfeiçoada, a fim de possibilitar a assinatura de “Termos de Parceria” com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), conforme previsão legal. Esse aperfeiçoamento encontra obstáculo na falta de técnicos capacitados na Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para analisar as minutas.

O programa foi excluído para 2006 e suas duas ações migraram para o programa 0697 - “Defesa do Consumidor”.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os beneficiários diretos e indiretos do programa, em torno de 1 milhão de pessoas, são os grupos ou populações indicados como público-alvo de cada proposta, que vivem nos Estados ou nos Municípios em que a Instituição proponente venha a desenvolver seu projeto. Portanto, o maior entrave é a distância entre a sede administrativa do CFDD e o local em que residem os beneficiários.

O monitoramento é efetuado com periodicidade no mínimo mensal. Abrange todos os projetos aprovados pelo CFDD. Mensalmente a Secretaria Executiva do CFDD efetua um acompanhamento mediante a comparação entre o número de convênios efetivamente celebrados e o que deveria ter ocorrido no referido período. Quando o executado fica abaixo do previsto faz-se um esforço para compensar no mês seguinte. O monitoramento é realizado concomitantemente ao da execução financeira, que também apresenta periodicidade mensal, com vistas ao melhor aproveitamento possível dos recursos orçamentários e financeiros destinados ao Fundo.

A participação social dá-se por meio dos Fóruns de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e Organizações não governamentais - ONGs, dos Fóruns de Municípios e outros. Nesses eventos, representantes do CFDD proferem palestras ou participam de painéis, com vistas a divulgar o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, esclarecer as dúvidas dos interessados e incentivar a disseminação da cultura dos direitos difusos junto aos diversos setores da sociedade. Com a divulgação do CFDD, diversas instituições tomam conhecimento da existência do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, o que provoca um aumento significativo da quantidade de pleitos apresentados, bem como a ocorrência de um maior número de melhores projetos.

Com a nova política implementada por meio da Resolução nº 11, de 25 de agosto de 2003, substituída pela Resolução nº 18, de 22.12. 2005 (que preservou o conteúdo sobre o assunto), houve uma maior racionalização das atividades, pois, em vez de a Secretaria Executiva analisar todos os projetos para, então, enviar um por um para ser deliberado pelo Conselho, esse passou a selecionar e encaminhar somente os prioritários para análise pela Secretaria Executiva do CFDD. Isso permitiu que,

mesmo com o número reduzido de servidores de que dispõe, ela conseguisse dar continuidade normal a suas atividades, o que não estava sendo possível na época da publicação das referidas Resoluções.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

OBJETIVO

Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade (campo inexistente na ficha)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 16.012.489,00	Empenho Liquidado: R\$ 10.902.015,00 Pago estatais: - Total: R\$ 10.902.015,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. PRAZO DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO.

Unidade de medida: Dia

Último índice apurado: 163 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 120

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. A redução drástica no índice apurado de 247 dias em 2003 para 163, em 2005, é resultado de um grande esforço de racionalização do trabalho e de redimensionamento de fluxos e procedimentos. O alcance da meta final do programa está relacionado com a expansão da estrutura física, operacional e de recursos humanos estimada para os próximos dois anos. Os três órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) estão realizando investimentos em aprimoramento tecnológico que resultarão em ganhos de produtividade. Dessa forma, espera-se reduzir o tempo médio de instrução e de julgamento de atos de concentração no sistema. Tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que reforma a legislação básica de defesa da concorrência e a estrutura institucional do SBDC, de forma a dar maior racionalidade e agilidade à tramitação de atos de concentração.

2. NÚMERO DE PROCESSOS DE APURAÇÃO DE INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA JULGADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE).

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 48 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. O esforço de racionalização do trabalho e redimensionamento do fluxo de instrução processual, sobretudo de atos de concentração, reflete no número de processos de conduta julgados pelo CADE. A tendência é que este desempenho melhore à medida em que for reduzido o tempo de tramitação dos atos de concentração no SBDC. As iniciativas legislativas e de gestão que vêm sendo adotadas visam à maior racionalização da análise de concentrações para que tenha maior ênfase e aplicação de recursos na investigação e no julgamento de condutas anticoncorrenciais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Dadas as tendências de concentração e monopolização dos mercados, faz-se necessário combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência, com vistas a garantir o adequado funcionamento dos diversos mercados. O programa deverá atender às seguintes diretrizes do objetivo estratégico setorial: superar a fragmentação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (CADE/MJ, SDE/MJ, SEAE/MF); conscientizar as entidades de defesa do consumidor e a sociedade civil organizada sobre os instrumentos de defesa da concorrência e regulação; introduzir a concorrência no marco regulatório nacional e implementar ações de combate à formação de cartéis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Intensificação do combate aos cartéis, com a consolidação do uso de instrumentos de investigação e obtenção de evidências, como a busca e apreensão e o programa de leniência. A atuação da Secretaria de Direito Econômico - SDE no combate aos cartéis tornou-se mais efetiva, o que certamente trará ganhos importantes aos consumidores e ao conjunto da economia brasileira.
- Maior integração entre os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC, com a consolidação do rito sumário e da instrução conjunta para a análise de atos de concentração que tratam de fusões, aquisições e demais operações. O tempo médio de análise destes expedientes na SDE e na Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF e de julgamento no Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE foi substancialmente reduzido. Todos os órgãos do SBDC vêm podendo dedicar maior parcela dos seus recursos à repressão a condutas anticoncorrenciais, principalmente os cartéis. Outro efeito positivo desse esforço é o fato do Estado oferecer ao administrado maior segurança jurídica e institucional para a realização de suas operações, fundamental para realização de investimentos produtivos por parte do setor privado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- O contingenciamento orçamentário frustra a expansão da estrutura técnico-operacional, bem como a implantação de medidas que visam à ampliação da capacidade de resposta às demandas do SBDC, uma vez que o volume da demanda continua aumentado.
- Um dos principais problemas decorrentes da descontinuidade do fluxo financeiro é a dificuldade do planejamento da execução orçamentária e,

por consequência, a realização de ações importantes. A licitação de uma despesa é um processo demorado e que requer garantia de disponibilidade financeira, o que não aconteceu. O orçamento só esteve disponível praticamente no segundo semestre.

- A execução das ações é realizada satisfatoriamente pelos dois Ministérios (Justiça e Fazenda) e pelo CADE. Isto decorre da divisão de trabalho estabelecida por lei e pelo esforço empreendido nos últimos anos para elevar o grau de coordenação entre as ações executadas por todas as unidades nos dois Ministérios. A grande dificuldade diz respeito ao gerenciamento do programa, pois a atual metodologia do PPA não permite uma gerência colegiada, com representantes de todos os órgãos que contam com ações no programa.
- Apesar do recente incremento na disponibilização de recursos materiais para as equipes executoras das ações, deve-se avançar nessa questão. As principais necessidades ainda não supridas referem-se a fontes de informações e de dados (periódicos, livros, bases de dados, anuários, etc.). É constante também a escassez de suprimentos de informática, que por vezes acarretam atrasos na execução de algumas tarefas.
- Um dos principais problemas em todas as unidades que executam o programa é a preocupante escassez de espaço físico para a alocação adequada do pessoal que atua no SBDC. Nas três unidades (CADE, SEAE/MF e, principalmente, SDE) há falta de espaço, tanto para diversos servidores trabalhando em condições inadequadas, quanto para alocação de pessoas que estão prestes a serem contratadas para a complementação do quadro.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

- Dada a natureza das atividades que compõem o programa “Defesa Econômica e da Concorrência”, é difícil aferir em que medida seus resultados cobriram o público-alvo, a sociedade brasileira. Os efeitos da ação antitruste do Estado fundem-se aos efeitos de outras ações e políticas públicas, como a política macro e microeconômica, a política de defesa do consumidor, a política regulatória, etc. É possível afirmar com segurança que os resultados do programa estão gerando benefícios importantes para a sociedade, tais como o desmantelamento de cartéis de postos de combustíveis.
- A OCDE realizou uma revisão paritária do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Vários aspectos foram avaliados, a saber: resultados finalísticos, recursos estruturais, humanos e financeiros, evolução ao longo dos últimos anos, entre outros. A avaliação foi concluída no ano de 2005 e o relatório encontra-se em link específico do sítio do Ministério da Justiça.
- Acompanhamento minucioso da evolução de instrução e julgamento de atos de concentração e de processos, bem como, o tempo médio de instrução e de julgamento destes mesmos expedientes. Este acompanhamento é realizado mensalmente com base nas informações dos sistemas processuais dos órgãos do SBDC e das reuniões de instrução realizadas periodicamente. Os aperfeiçoamentos necessários referem-se à tecnologia de consolidação e disponibilização de informações e dados sobre instrução. Os três órgãos têm iniciativas nesse sentido em curso.
- A ação Gestão e Administração do Programa - “GAP” está presente somente

na unidade orçamentária do CADE. Nas demais unidades que contam com ações no programa, a parte de apoio administrativo está alocada nas ações de modernização administrativa e de administração da unidade, centralizadas nas Secretarias Executivas dos Ministérios. No CADE a ação “GAP” representa uma proporção substancial do total do orçamento alocado a este órgão por se tratar de Autarquia Federal e, por consequência, pela necessidade de que ela contemple a totalidade dos custos de manutenção operacional e administrativa. A relação entre o gasto com a “GAP” e o gasto com outras ações está em níveis razoáveis, embora a situação mais adequada é que tanto o limite alocado à “GAP” quanto o limite alocado às demais ações finalísticas devam aumentar, para que o CADE e os demais órgãos do SBDC possam implementar medidas importantes que requerem mais do que os recursos atuais. Como as principais ações finalísticas do programa referem-se à instrução e julgamento de processos, a apropriação dos gastos realizados na “GAP” por outras ações torna-se inviável devido a dificuldade de apurar a proporção dos recursos estruturais e operacionais utilizada por cada processo julgado e instruído.

- A principal boa prática disseminável foi a implantação, inclusive mediante edição de normas, de uma rotina de diálogo sistemático entre técnicos que atuam nos três órgãos do SBDC, com o objetivo principal de eliminar o trabalho dobrado e a execução repetida de tarefas. A implantação dessa iniciativa melhora a qualidade das análises e instruções processuais realizadas.
- Dada a natureza das ações que compõem o programa, é reduzida a possibilidade de participação social, no sentido mais amplo. No sentido mais específico, existe a possibilidade de manifestação de qualquer ator social nos processos que tramitam no SBDC. Manifestações desta natureza acontecem durante a instrução dos processos e contribuem com influências mais qualitativas do que quantitativas nos resultados do programa.

RECOMENDAÇÕES

- A construção de indicadores adequados vem se mostrando uma grande dificuldade para o programa, dada a natureza dos seus resultados. A situação ideal seria a possibilidade de construção de um indicador que, por exemplo, pudesse medir o nível de concorrência nos principais mercados da economia brasileira e que pudesse também aferir a alteração nas condições de consumo como decorrência da ação antitruste do Estado. O que de fato ocorre é que faltam dados que permitam essas medições, o que dificulta o isolamento dos efeitos das ações antitruste nos resultados do Programa. Dessa forma, optou-se por indicadores que permitem uma inferência sobre o desempenho apenas de forma indutiva. A SDE mantém um esforço contínuo de pesquisa de métodos que possam gerar indicadores mais adequados e este esforço inclui um importante investimento que está sendo feito pelos três órgãos do SBDC para a captação, consolidação e tratamento de dados obtidos e gerados a partir da análise de concentrações e instruções de processos de condutas anticoncorrenciais.
- Nos últimos anos, quando os órgãos do SBDC vêm acumulando ganhos de produtividade dos seus fatores de trabalho, há necessidade de maiores recursos para dar os próximos saltos necessários ao alcance das metas requeridas pela sociedade no campo da defesa da concorrência. Ressalta-se

que o resultado da arrecadação das taxas processuais que constituem a fonte própria dos órgãos do SBDC, confrontado com as despesas autorizadas pela Lei Orçamentária, é um substancial superávit. Seria importantíssimo que os órgãos do SBDC pudessem ter seus limites orçamentários ampliados com lastro nesse superávit, pois dessa forma seria possível promover a necessária e imprescindível ampliação da estrutura operacional e humana necessárias ao atendimento pleno das demandas que chegam da sociedade ao SBDC.

- Há a necessidade de uso de recursos de comunicação tais como videoconferências, por exemplo, que não estão disponíveis para a equipe gerencial. As instalações físicas da equipe gerencial são subestimadas. .

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

OBJETIVO

Democratizar o acesso às informações referentes ao ordenamento jurídico e às informações relativas ao dossiê de cada proposição legislativa.

PÚBLICO-ALVO

Operadores do direito e cidadãos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 1.100.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 3.454,00 Pago estatais: - Total: R\$ 3.454,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. CONSULTA ATENDIDA.

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 1.764 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 50.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O número de visitas ao Sistema de Acompanhamento de Normas (SISNORMA) é o indicador utilizado para a avaliação dos resultados e análise das metas alcançadas. A partir do mês de agosto de 2005 foi iniciada a emissão de relatórios contendo o número de acessos às páginas e aos programas disponíveis ao público no site do Ministério da Justiça. Com base nesse levantamento foi possível contar com um parâmetro para a mensuração da quantidade de acessos ao SISNORMA, identificando 1.764 acessos/visitas no ano de 2005.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O acesso à informação legislativa pelo cidadão é um pressuposto para o conhecimento dos seus direitos e deveres. Também os operadores do direito e os agentes promotores de políticas nas áreas da justiça e da cidadania dependem desse acesso, já que a produção e aplicação da norma é um aspecto básico daquelas políticas. A implantação de instrumentos adequados a consultas rápidas e seguras ao complexo universo de dados que constitui o ordenamento jurídico brasileiro tem por finalidade garantir aos cidadãos o conhecimento e o provimento dos direitos

e disponibilizar informações legislativas seguras e sistemáticas aos operadores do direito e aos promotores de políticas públicas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Inserção de novos registros no SISNORMA, com imagens digitalizadas da legislação.
- Revisão e correção das normas disponíveis no Sistema.
- Divulgação do Sistema na mídia interna e externa ao Ministério da Justiça.
- Contatos com a Imprensa Nacional com o objetivo de estabelecer convênio para adquirir imagens das normas mais antigas que não constam do acervo do Ministério da Justiça.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa foi excluído e a partir de 2006 a única ação remanescente estará no programa “Gestão de Políticas na Área de Justiça”. Em 2005 foram executados apenas 0,31% dos recursos disponíveis por conta de dificuldades na realização de licitações e celebração de contratos. Durante todo o ano de 2005 aguardou-se a finalização dos processos licitatórios para a contratação de empresa especializada para o aperfeiçoamento do sistema, o que não aconteceu.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

- A plataforma tecnológica do SISNORMA precisa ser aprimorada e atualizada. A obsolescência da plataforma atual provoca constantes falhas e interrupções no processo de inserção de novas normas e na consulta da base existente por meio da Internet.
- É preciso integrar os dados e a plataforma tecnológica do SISNORMA à base de dados da Casa Civil da Presidência da República, principal fonte de consulta para atos normativos de âmbito federal.

RECOMENDAÇÕES

- O número de acessos à página inicial do sítio deve ser utilizado apenas como indicador complementar, por não indicar se o acesso transformou-se em uma pesquisa concluída com sucesso.

ESTRANGEIROS NO BRASIL

OBJETIVO

Prestar atendimento aos estrangeiros residentes ou que se encontrem no país, com vistas à regularização de sua situação, controlar o fluxo imigratório e promover as medidas compulsórias e de transferências transnacionais de presos.

PÚBLICO-ALVO

Estrangeiros no Brasil (campo inexistente na ficha).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 360.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 326.685,00 Pago estatais: - Total: R\$ 326.685,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE SOLICITAÇÕES ATENDIDAS.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 100 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Da forma como foi inicialmente concebido o indicador, não é possível mensurar a evolução do atendimento às demandas. Diante desta constatação foi solicitada sua substituição pelo novo indicador "Número de processos decididos", a ser aplicado a partir de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de se promover o controle do fluxo imigratório e assegurar os direitos dos estrangeiros residentes no país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A comissão instituída pelo Ministério da Justiça elaborou proposta de anteprojeto da Lei de Estrangeiros, que foi submetida à consulta pública em setembro de 2005. As sugestões estão sendo analisadas e parte delas serão incorporadas ao anteprojeto antes do seu encaminhamento ao Congresso Nacional.

- Reassentamento de 66 refugiados.
- Em 2005, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) atendeu a 393 solicitações de refúgio, das quais 155 foram deferidas e 238 indeferidas e realizou 470 entrevistas, no Brasil, com solicitantes de refúgio.
- Foi mantido o convênio com a organização não-governamental Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro, para auxílio na manutenção de refugiados no Brasil.
- Foram desenvolvidas iniciativas para a elaboração de “Projeto de Consolidação e Qualificação das Políticas de Migração e Acordos Internacionais”.
- Foi apresentada à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) uma proposta de assistência preparatória para cooperação técnica internacional junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), compreendendo a definição de um desenho institucional que permita consolidar as políticas de Estado sobre o tema migração e promover a modernização das estruturas funcionais do Departamento de Estrangeiros (DEEST/ MJ).
- Iniciou-se o processo de constituição do espaço museológico do Centro de Memória da Imigração no Brasil, utilizando recursos do Fundo de Direitos Difusos e do Ministério da Justiça.
- Distribuição dos livros sobre: Extradicação (5 mil exemplares), Transferência de Pessoas Condenadas (5 mil exemplares) e Guia Prático para Orientação a Estrangeiros no Brasil (21.100 exemplares em português e 2 mil exemplares em espanhol). Os livros foram distribuídos a diversos órgãos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, às embaixadas estrangeiras no país, a empresas multinacionais, a entidades religiosas e de assistência social, ao Ministério Público Federal, ao sistema penitenciário de todos os Estados, às Universidades Federais e a outros órgãos interessados no tema, além do público em geral.
- Elaborados 10 mil folders contendo instruções sobre transferência de pessoas condenadas. Os documentos foram distribuídos para os consulados gerais dos países que possuem acordo de transferência com o Brasil, assim como para todo o sistema prisional brasileiro.
- Conclusão da parceria com a Imprensa Nacional para a digitalização e microfilmagem dos registros de naturalização. Este projeto visa a eliminar a consulta manual aos livros e às pastas, transferindo as informações para um sistema informatizado que possibilite resposta imediata e conseqüente agilidade na expedição de certidões positivas e negativas de naturalização, além da preservação do acervo histórico a ser exposto no Centro de Memória da Imigração no Brasil.
- Elaboração dos novos modelos de Certificados de Naturalização, confeccionados pela Casa da Moeda do Brasil, contendo diversos itens inibidores de fraude.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- As metas físicas das ações “Coordenação Nacional das Ações de Nacionalidade, Naturalização e Migração”, “Central de Atendimento aos Estrangeiro e Nacionais” e “Execução de Medidas Compulsórias e de Transferência de Presos” foram subestimadas. O valor estipulado como anual representava na verdade o valor mensal. Para corrigir essa questão, as metas foram definidas como “não cumulativas”.

- A obtenção dos resultados foi classificada como abaixo do esperado em virtude da escassez de recursos disponíveis para o cumprimento do objetivo. Entretanto, o Ministério informou, contraditoriamente, que os recursos foram liberados de acordo com a programação inicial.
- Há carência no que se refere à infra-estrutura e recursos materiais, em especial recursos de informática e espaço físico, tanto para servidores quanto para manutenção de arquivos.
- Os recursos humanos envolvidos com o programa são insuficientes, tanto na gerência como na equipe executora.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

- Não é possível mensurar o percentual do público-alvo atendido devido à sua amplitude (estrangeiros, governo brasileiro e governos de países estrangeiros).
- O desempenho das ONGs tem sido extremamente proveitoso, haja vista a posição de referência que o Brasil ocupa no tema refúgio. A maior dificuldade encontrada foi a burocracia quanto à renovação do convênio com a Cáritas de São Paulo e à implantação do convênio com a Cáritas do Rio de Janeiro.
- A Central de Atendimento, entre as suas atividades, contempla uma Ouvidoria que recebe denúncias diversas, inclusive de trabalho escravo de estrangeiros.
- A participação social não teve grande impacto nos resultados do programa, uma vez que a Central foi utilizada prioritariamente como fonte de consulta de processos e não como órgão de denúncia.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DA JUSTIÇA

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 7.821.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 492.562,00 Pago estatais: - Total: R\$ 492.562,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”

CONTEXTUALIZAÇÃO

Na modernização da atuação do Estado, as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos, o que configura a necessidade institucional de estabelecimento de programa específico de gestão de políticas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 736 servidores públicos federais capacitados.
- 5.501 eventos de diversões e espetáculos públicos classificados e fiscalizados.
- Licitação de solução integrada de comunicações de dados, voz e imagem, necessária para a Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa teve uma realização financeira baixa, isto é 6,30%, sendo que as ações: 3974 – “Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e

Segurança Pública”, 4283 – “Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil” e 4641 – “Publicidade de Utilidade Pública”, não tiveram execução.

Apesar do baixo desempenho financeiro, a execução das metas físicas ficou dentro do previsto face aos recursos disponibilizados. Cabe destacar que, apesar do contingenciamento, a ação 6436 – “Classificação e Fiscalização de Diversões e Espetáculos Públicos” teve uma realização física de 188,39%.

Algumas ações tiveram sua execução comprometida em função dos trâmites administrativos, sendo o principal exemplo, a ação 8613 – “Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores”, que se encontra em processo de contratação de consultoria especializada.

Alguns coordenadores de ações sinalizam a insuficiência e inadequação da infraestrutura disponível, bem como ausência de recursos humanos especializados. Por exemplo, existem ações que demandam um nível de qualificação atualmente não disponível nos quadros gerenciais do programa, como no caso da construção e monitoramento dos indicadores dos programas finalísticos do MJ.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As informações relativas ao desempenho físico das ações podem ser obtidas tanto por intermédio do Quadro de Demonstração de Despesas (QDD) quanto pelo SigPlan. Entretanto, esses mecanismos de captação de informações não têm propiciado, muitas vezes, a obtenção de informações oportunas e tempestivas.

RECOMENDAÇÕES

- Migrar a ação 4283 - “Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil” para o programa 1083 - “Reforma do Judiciário”.

IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS

OBJETIVO

Garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos aos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

PÚBLICO-ALVO

Sociedades indígenas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 255.581.049,00	Empenho Liquidado: R\$ 247.033.059,00 Pago estatais: - Total: R\$ 247.033.059,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE FAMÍLIAS INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Na fase de revisão realizada em 2004 para vigor em 2005, houve uma ressalva para que os indicadores propostos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) fossem modificados, após treinamento dos coordenadores de ação, para melhor expressar os resultados. O treinamento ocorreu por meio da oficina de Monitoramento e Avaliação de Programas do Ministério da Justiça no período de 05 a 07 de outubro de 2005 com a participação de alguns servidores e coordenadores de ação que estão trabalhando no propósito de elaboração de novos indicadores.

2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE TUBERCULOSE BACILÍFERA NA POPULAÇÃO INDÍGENA.

Unidade de medida: 1/100.000

Último índice apurado: 108,6 em 2002

Índice previsto ao final do PPA: 81,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice está sob responsabilidade da FUNASA/MS, não tendo sido enviado pela instituição.

3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL ENTRE CRIANÇAS INDÍGENAS MENORES DE 1 ANO.

Unidade de medida: 1/100.000

Último índice apurado: 55,7 em 2002

Índice previsto ao final do PPA: 23

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Responsabilidade da FUNASA/MS. Não houve o envio da avaliação anual ano base 2005 para a FUNAI.

4. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO EM MENORES DE 5 ANOS NA POPULAÇÃO INDÍGENA.

Unidade de medida: 1/100.000

Último índice apurado: 300/2002

Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice está sob responsabilidade da FUNASA/MS, não tendo sido enviado pela instituição.

5. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA PARASITÁRIA DE MALÁRIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA.

Unidade de medida: 1/100.000

Último índice apurado: 56 em 2002

Índice previsto ao final do PPA: 23

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice está sob responsabilidade da FUNASA/MS, não tendo sido enviado pela instituição.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cabe ao Estado brasileiro, por meio da FUNAI, o efetivo cumprimento do Art. 231 da Constituição que preconiza a garantia dos direitos indígenas à terra, sua organização social, costumes, língua, crença e tradições. Hoje essas garantias materializam-se no atendimento de uma população de 440 mil índios, habitantes de 600 agrupamentos de terras indígenas que ocupam quase 12% do Território Nacional e vêm enfrentando, em sua grande maioria, uma acelerada e complexa transformação social e estão buscando novas formas de sobrevivência física e cultural com o objetivo de garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida. As frentes de expansão da sociedade nacional e o adensamento das populações não indígenas no Brasil vêm causando uma proximidade e um contato cada vez mais freqüente com as populações indígenas, sujeitando-as a situações de risco para as quais não estão preparadas. Esse contato está acarretando uma perda inestimável do patrimônio cultural indígena. O programa reflete o anseio de lideranças, professores e anciões indígenas ouvidos durante os levantamentos e diagnósticos realizados no decorrer de 2001/02, buscando garantir aos índios o exercício pleno da cidadania e preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atendimento básico em saúde a 410.653 indígenas.
- Realização de 9 Conferências Regionais dos Povos Indígenas com a participação de mais de 2 mil indígenas, e produção de subsídios para a revisão do Estatuto do Índio e a elaboração da Política Indigenista.
- Capacitação de 949 indígenas para desenvolvimento de atividades auto-sustentáveis em terras indígenas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

As ações do programa são desempenhadas pelos Ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Agrário, Esporte e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que também é responsável pela coordenação do conjunto das ações. É recorrente a necessidade de que sejam tomadas providências no sentido de superar as restrições identificadas na avaliação realizada em 2005, especialmente no que se refere ao modelo de gestão do programa e a suficiência dos recursos para cumprimento das metas físicas. Apesar das inúmeras instituições governamentais que atuam na temática indigenista, ainda há uma desconexão entre suas atuações, carecendo de uma instância político-institucional supraministerial que coordene os trabalhos.

Persistem os problemas orçamentários na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que culminam com a baixa capacidade de atendimento ao público-alvo, principalmente no que se refere à prestação de assistência social. Como consequência, vários índios sobrevivem de mendicância, em péssimas condições sociais, convivendo com a desnutrição e um índice alarmante de mortalidade infantil. Em 2005, dos cerca de 440 mil indígenas apenas 7 mil receberam assistência social.

A execução orçamentária foi quase efetiva, representando cerca de 96% do previsto. A descontinuidade no fluxo de recurso financeiro não prejudicou a execução programada, entretanto, no final do exercício, houve indisponibilidade de recursos financeiros gerando um saldo de restos a pagar alto. O crédito suplementar, liberado apenas nos últimos dias do encerramento do exercício, prejudicou a programação causando desestímulo e descrédito junto às comunidades indígenas e aos técnicos da FUNAI. O cumprimento das metas físicas foi considerado médio. Entretanto, a qualidade das informações disponíveis no SIGPLAN para a avaliação dos resultados foi questionada, tendo em vista o não preenchimento de alguns campos pelos vários coordenadores de ação.

Há necessidade de melhorar a cultura institucional em relação ao registro ordenado de informações como subsídio para o planejamento, execução e avaliação das ações. A gerência do programa acredita que com a implantação de um sistema informatizado de monitoramento de execução das ações, o INFRASIG, o trâmite das informações torne-se mais adequado. É necessário, ainda, capacitar os coordenadores de ação para o preenchimento das informações no SIGPLAN. Hoje, a maioria das ações é monitorada por meio de relatórios periódicos e visitas técnicas, informações que não são disponibilizadas no SIGPLAN.

Os recursos materiais disponíveis são inadequados, principalmente os de informática e os necessários para a prestação de assistência em locais de difícil acesso, como viaturas. As restrições orçamentárias relativas ao gasto com diárias e passagens de

agentes da Polícia Federal impactam negativamente o atendimento emergencial aos indígenas.

Há carência também em relação à quantidade e capacitação dos recursos humanos, seja na coordenação das ações, seja nas administrações executivas regionais e nos postos indígenas. Há necessidade de formulação de uma política para a formação e o aperfeiçoamento do corpo técnico, abrangendo indigenismo, gestão de projetos sociais, etnodesenvolvimento, legislação indigenista e ambiental, planejamento e orçamento.

Especificamente no que se refere aos processos de licitação e celebração de contratos, as equipes de servidores nas unidades regionais são insuficientes, dificultando a constituição de Comissões Permanentes de Licitação atrasando os processos.

A dispersão geográfica das ações, associada às dificuldades técnico-operacionais, à falta de cultura institucional de planejamento e avaliação de resultados, à inexistência de um sistema informatizado de informações e à falta de pessoal capacitado são fatores que dificultam a avaliação satisfatória nas comunidades indígenas de maneira sistemática. Contudo, de maneira geral, percebe-se o descrédito do governo federal junto às comunidades indígenas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em 2004, foi realizado concurso público para preenchimento de 70 vagas na FUNAI. Entretanto, o número de cargos autorizados é insuficiente para que o órgão esteja preparado para cumprir com as atribuições legais. Deve-se considerar que, não existindo uma política salarial isonômica no governo federal, observa-se um alto índice de abandono de emprego na FUNAI.

Fato positivo a se destacar são as atuações dos Conselhos Locais de Saúde e dos Conselhos Indígenas Regionais, que vêm contribuindo para a execução das metas estimadas nas ações referentes à educação e saúde dos povos indígenas.

RECOMENDAÇÕES

- Finalizar a reformulação do indicador “Taxa de famílias indígenas em situação de vulnerabilidade social”.
- Analisar e propor alternativas frente às necessidades quantitativas e de capacitação de recursos humanos.
- Realizar reuniões do comitê gestor do programa, envolvendo os coordenadores de ação.

MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

OBJETIVO

Aprimorar a estrutura, o modelo operacional e gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 175.706.000	Empenho Liquidado: R\$ 152.487.546 Pago estatais: - Total: R\$ 152.487.546
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL.

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice é a relação percentual entre o número de unidades operacionais modernizadas e o número de unidades existentes na polícia federal, não tendo sido apurado, o que dificulta tratar sobre a previsão de alcance ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Polícia Federal é responsável pelas atividades de polícia judiciária da União e gerencia o Programa de Modernização com vistas à redução das deficiências de meios, principalmente as relacionadas aos sistemas de telecomunicações, ao reaparelhamento do setor de polícia técnica, do segmento de transportes e da construção, e à ampliação, reforma e modernização de suas instalações físicas, de forma a minimizar as vulnerabilidades para o adequado cumprimento de suas atribuições constitucionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Contratação do fornecimento de equipamentos laboratoriais para realização de exames e perícias documentoscópicas, em audiovisuais, em

equipamentos eletrônicos e em sistemas informacionais para realização de análises químicas e físicas com o intuito de realizar varredura eletrônica em sistemas de comunicação e de equipamentos fotográficos.

- Contratação do SERPRO e da Casa da Moeda, visando à implementação do novo passaporte brasileiro.
- Aquisição de equipamentos de telecomunicações, visando à implementação da rede fixa do sistema de radiocomunicação em curta distância, em UHF, relacionado à rede regional 1, que envolve as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e um conjunto de equipamentos transportáveis, para implementação da rede tática nos Estados.
- Conclusão das obras do Instituto Nacional de Criminalística (INC), em Brasília.
- Conclusão das obras de construção do Edifício-Sede da Superintendência Estadual do DPF em Vitória e do Edifício-Sede da Superintendência Estadual em Natal. Além disso, foi concluída a maior parte da obra de construção do Edifício-Sede da Superintendência Estadual em Curitiba, Paraná.
- Expedição de 1,44 milhão de passaportes comuns.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa apresenta um desempenho adequado às disponibilidades orçamentárias e financeiras. Ressalta-se que os recursos destinados ao reaparelhamento da Polícia Federal são adequados, diferentemente daqueles orientados para ampliação, construção e reforma das unidades. A execução, que representou 86% dos recursos disponíveis, foi inferior ao desejável principalmente em função da indisponibilidade financeira na ação 7081 - "Ampliação e Reforma das Bases Operacionais e Unidades do Departamento de Polícia Federal". A ação 2586 - "Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle de Tráfego Internacional" teve desempenho superior ao previsto, devido ao aumento da demanda na sociedade.

Algumas ações apresentaram restrições jurídicas e medidas estão sendo tomadas no sentido de refazer os procedimentos para que as contratações efetivem-se. A ausência de um sistema normativo para a gestão de obras no órgão e as dificuldades impostas por interpretações legais do Tribunal de Contas da União provocaram a necessidade de adaptações na forma de implementação de algumas ações do Programa, atrasando a execução.

O programa de modernização tem um viés de implementação eminentemente técnico e de caráter estratégico, não cabendo a promoção de mecanismos para participação social em sua concepção e implementação. Não obstante, o programa prevê a participação de parcela dos beneficiários em comissões técnicas, principalmente nas fases de delineamento das atividades a serem desenvolvidas.

É importante registrar que os coordenadores de ação vêm aprimorando continuamente seus mecanismos de planejamento e controle, o que deve contribuir para um melhor desempenho do programa no médio e longo prazos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Incluir a ação “Construção de Anexo ao Edifício-sede da Superintendência Regional do Rio de Janeiro”.
- Incluir a ação “Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional da Pará”.
- Incluir a ação “Construção do Edifício-sede do Departamento de Polícia Federal”.
- Incluir a ação “Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional de Rondônia”.
- Excluir a ação 7803 - “Ampliação, Reforma e Modernização da Academia Nacional de Polícia” .
- Excluir a ação 1247 - “Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional do Rio Grande do Norte” .
- Excluir a ação 1245 - “Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional do Espírito Santo”.

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL

OBJETIVO

Gerar vagas em estabelecimentos penais e promover a reintegração da pessoa presa e do internado à sociedade.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas presas, internadas e egressas de estabelecimentos do Sistema Penitenciário Nacional e seus dependentes.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 224.068.871,00	Empenho Liquidado: R\$ 158.534.722,00 Pago estatais: - Total: R\$ 158.534.722,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. DÉFICIT DE VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 143 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 130

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa, pois a população prisional cresce a taxa superior à capacidade do programa de gerar vagas.

2. COEFICIENTE DE REINCIDÊNCIA CRIMINAL.

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 700 em 8 de julho de 2003
Índice previsto ao final do PPA: 620

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não se pode precisar, pois não houve aferição do indicador em 2005. As informações inseridas pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN) são insuficientes para aferir o índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa destina-se a atender, primordialmente, aos anseios da sociedade no

combate à violência e na redução dos índices de criminalidade, em busca de níveis satisfatórios de segurança pública, bem como tratar o cidadão infrator de forma a reconduzi-lo aos valores morais, sociais e éticos, conferindo-lhe igualdade de oportunidade ao final do cumprimento da sentença penal.

A modernização do sistema penitenciário passa, necessariamente, pela arquitetura e destinação classificatória dos estabelecimentos penais para separar os presos conforme o quesito de periculosidade, pela garantia a individualidade aos regimes de cumprimento e de progressão da pena e por um método de tratamento ao cidadão, conforme o tipo de estabelecimento, para finalizar com a inclusão da população carcerária no rol das políticas públicas de atenção ao cidadão.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Consolidação do Sistema Penitenciário Federal

- As obras da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS e Catanduvas/PR encerraram o ano com 90% (noventa por cento) de execução física.
- Foram iniciadas as obras da Penitenciária Federal de Mossoró/RN.
- Concluída a licitação para construção da Penitenciária Federal de Porto Velho/RO.

Estabelecimentos Penais Estaduais

- Por meio de contratos de repasse firmados entre a Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária do Departamento Penitenciário Nacional e os Estados, foram contratadas 3.478 novas vagas nos sistemas penitenciários locais.
- Concluídos 44 convênios, dos quais 33 sobre construção de estabelecimentos penais, tendo gerado 8.412 vagas provenientes de instrumentos celebrados em exercícios anteriores.

Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), estabelecido pela Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777, de 09/09/2003.

- Em 2005 foi iniciado e concluído procedimento licitatório para a aquisição de equipamentos e aparelhos médico-ambulatoriais para prover o atendimento à saúde da população carcerária em 40 estabelecimentos penais estaduais, localizados em 5 Unidades da Federação.
- Repasse a 10 (dez) Estados de cerca de um milhão de reais, referentes ao incentivo à atenção à saúde básica, pois a melhoria da qualidade dos serviços de saúde à população carcerária contribui positivamente para reintegração social do preso.

Implantação de Escolas Penitenciárias

- A aquisição direta de equipamentos e celebração de convênios viabilizaram a criação de 8 Escolas Penitenciárias nos Estados. As Escolas promoverão um salto de qualidade na formação e capacitação dos atores envolvidos na execução penal, repercutindo diretamente no tratamento dispensado à pessoa privada de liberdade.

Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN)

- Após um longo processo de readaptação, o “INFOPEN Estatística” foi colocado à disposição dos Estados e do Distrito Federal para inserção de

dados quantitativos relativos à população prisional. Trata-se de importante ferramenta para subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para a população carcerária.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Um aspecto relevante é que muitos convenentes possuem dificuldades técnicas para compreender as etapas do processo de formalização dos instrumentos de convênio. A gerência do programa estuda uma forma de poder capacitar as equipes técnicas dos entes federados para que possam superar essa deficiência.

A situação de inadimplência dos Estados atrasa e inviabiliza a celebração dos convênios. Prejudica o processo de execução orçamentária e financeira, com conseqüências negativas para a execução de projetos sociais e assistenciais e acarreta paralisação de obras. O grande prejudicado é o público-alvo que passa por situações muito desfavoráveis na condição de privação de liberdade.

O contingenciamento tem afetado sempre o programa, havendo dificuldades em planejar os repasses de recursos aos entes federados para construção de estabelecimentos penais estaduais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em dezembro de 2004, o DEPEN firmou parceria com a Caixa Econômica Federal para o gerenciamento e fiscalização das obras de construção de estabelecimentos penais nos Estados, e vem acompanhando e avaliando o desempenho da CEF. Vale ressaltar que o mérito da aprovação de todo e qualquer projeto é do DEPEN, à luz da Resolução nº 03/2005, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que trata das diretrizes para a construção de estabelecimentos penais no país.

A parceria com a CEF foi a solução encontrada pela gerência do programa para agilizar a execução orçamentária, efetuar um controle mais rigoroso e tempestivo da liberação de parcelas, bem como promover uma fiscalização in loco das obras com maior tempestividade e periodicidade, haja vista a capilaridade da CEF em todo o território nacional.

Cabe registrar que, no papel de articulação e fomento, o DEPEN realiza encontros com diversos atores envolvidos na execução penal. Desses encontros são extraídos entendimentos e linhas de ação para o enfrentamento do problema de acordo com as realidades regionais.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar a denominação do programa para “Aprimoramento da Execução Penal”, uma vez que execução penal é expressão mais abrangente, envolvendo ações de ouvidoria, promoção de medidas alternativas, escolas penitenciárias, entre outras.
- Alterar o objetivo do programa para “Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes”, suprimindo a expressão “gerar vagas”. O objetivo do programa é a reintegração da pessoa presa e não a geração de vagas nas prisões.

- Excluir o indicador “Coeficiente de Reincidência Criminal”, uma vez que nunca houve apuração desde a criação. Não existem ferramentas apropriadas no âmbito estadual para aferição do indicador.
- Incluir a ação “Apoio à Implantação e Reparelhamento de Ouvidorias”.
- Ampliar os efeitos do Acórdão n.º 1.640/2003 (TCU) ao Fundo Penitenciário Nacional para que a inadimplência dos Estados não impeça a celebração de convênios e o repasse de recursos, tendo em vista a situação dramática dos sistemas penitenciários locais.
- Rever os critérios de distribuição dos recursos para as Unidades da Federação, incentivando a aplicação de penas e medidas alternativas que promovam o respeito ao direito dos apenados.

PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO

OBJETIVO

Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 77.742.999,00	Empenho Liquidado: R\$ 56.332.433,00 Pago estatais: - Total: R\$ 56.332.433,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS INDÍGENAS COM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 46,75 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 70,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A viabilidade de alcançar o índice esperado no final PPA é baixa. Isto se deve ao fato de que a dotação orçamentária é insuficiente para atender o número total de famílias indígenas. Essa dotação só atende a 41.136 famílias indígenas, de um total estimado de 88 mil famílias.

2. TAXA DE DEGRADAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Na Revisão de 2004 foi feita uma ressalva para que os indicadores propostos pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI fossem modificados, após treinamento dos coordenadores de ação, para melhor expressar os resultados. Em 2007, o indicador passará a ser "Taxa de Atendimento a Terras Indígenas com Projetos Ambientais",

que é a relação percentual entre o total de terras indígenas atendidas com projetos ambientais e o total de terras indígenas conhecidas.

3. TAXA DE USURPAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS.

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Na Revisão de 2004 foi feita uma ressalva para que os indicadores propostos pela FUNAI fossem modificados, após treinamento dos coordenadores de ação, para melhor expressar os resultados. O treinamento ocorreu através da oficina de monitoramento e avaliação de programas do Ministério da Justiça em outubro de 2005.

4. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 70,38 em 31/12/2003

Índice previsto ao final do PPA: 80,38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador da taxa de regularização de terras indígenas não está consolidando o resultado para 2005. Entretanto, vem sendo apontada a flutuação da taxa a cada ano, em movimento de retração e expansão, carente de avaliação adequada. Essa flutuação decorre de demandas fundiárias indígenas que surgem a cada ano, sendo que o parâmetro básico da taxa de regularização é o número de terras indígenas conhecidas, sendo necessário considerar o número de terras indígenas conhecidas no início de cada quadriênio do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O patrimônio territorial das sociedades indígenas, em suas diferentes situações de contato, encontra-se sob permanente risco de degradação ou usurpação pela ação de agentes externos. Por se tratar de comunidades protegidas por legislação especial e desprovidas de instrumentos próprios de defesa dos seus interesses e direitos, cabe ao Estado promover a proteção, a gestão sustentável e a revitalização daquele patrimônio e dos seus beneficiários, mediante o desenvolvimento de um elenco de ações articuladas e apoio a projetos produtivos sustentáveis, capazes de gerar níveis satisfatórios de segurança alimentar, renda e emprego, que permitam a eliminação do viés paternalista e assistencialista, em parte decorrente da ausência de políticas públicas, de recursos e de estrutura para a gestão territorial sustentável e em contraposição ao avanço desordenado das frentes econômicas. Ao assumir essa responsabilidade, por meio do seu órgão indigenista (FUNAI), o Estado brasileiro estará apenas reafirmando um compromisso republicano histórico, de defesa das sociedades indígenas, que tem sido cumprido de maneira ininterrupta há quase um século, desde a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Homologação de terras indígenas

- Instrução processual necessária à expedição do Decreto de Homologação de 8 terras indígenas, abrangendo cerca de 2,6 milhões de hectares.

Proteção de terras indígenas

- Remoção total ou parcial de ocupações de não-índios em 19 terras indígenas, com a retirada de 543 ocupações.
- Registros cartoriais e na Secretaria do Patrimônio da União de 22 terras indígenas, garantindo a posse e usufruto para mais de 5.200 índios.
- Levantamento fundiário em 11 terras indígenas com o cadastramento e a avaliação de benfeitorias de aproximadamente 420 ocupações de terceiros.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O sucesso do programa depende, em grande medida, de uma boa articulação entre a gerência, sob responsabilidade da FUNAI, e os executores das ações, fato que não se tem verificado.

Na tentativa de melhorar a gestão do programa foi pactuado entre a FUNAI, a SPI/MP, a CC/PR e representantes dos Ministérios da Educação, Saúde e Desenvolvimento Agrário, a criação de um outro ator no modelo de gestão do programa, o Gerente Adjunto, que teria como função disponibilizar as informações necessárias para a execução e gerenciamento das ações. Entretanto, a reunião não produziu os frutos esperados e sequer se vislumbra a criação do Gerente Adjunto.

Persiste a insuficiência na dotação orçamentária para atender à demanda das sociedades indígenas, visto que a proposta orçamentária encaminhada pela FUNAI vem sendo preterida. Esse fator foi determinante para a classificação do resultado de 2005 como abaixo do esperado. Para se ter idéia da distância entre a meta física atendida e a ideal, dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) apontam para a existência de aproximadamente 88 mil famílias indígenas no Brasil. Enquanto isso, por meio da ação "Fomento às Atividades Produtivas", são atendidas cerca de 25.470 famílias. Tal fato, por si só, justifica a insatisfação dos beneficiários.

A execução orçamentária foi relativamente baixa, em torno de 73% do orçamento disponível. O atraso na aprovação e liberação do crédito adicional solicitado atrapalhou a execução orçamentária, já que não foi possível atender à programação planejada. A sazonalidade imposta pelo calendário agrícola impõe que a liberação de recursos respeite a programação. Como isso não aconteceu, foi gerado um volume considerável de recursos inscritos em restos a pagar.

Os recursos materiais disponíveis são inadequados e insuficientes. Há carência também em relação à quantidade e capacitação dos recursos humanos, seja na coordenação das ações, seja nas administrações executivas regionais e postos indígenas. Há necessidade de formulação de uma política de formação e aperfeiçoamento do corpo técnico e a contratação de pessoal com formação nas seguintes áreas: desenvolvimento comunitário, engenharia florestal, gestão de informação, técnico em demarcação, sertanista, técnico em indigenismo, auxiliares

de frente de contato, piloto de barco, motorista, técnico em agropecuária e agrônomo, todos com qualificação em indigenismo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Além dos principais resultados citados no item 2, é importante ressaltar a atuação do programa em atividades que contribuem para a proteção de terras indígenas, a saber:

- Conclusão da licitação para a demarcação e aviventação de 06 terras indígenas.
- Realização de 16 estudos antropológicos visando à definição de procedimentos administrativos cabíveis.
- Propostas de programas e projetos, na área ambiental para as comunidades e terras indígenas afetadas por empreendimentos, possibilitando a celebração de convênio ou outro instrumento legal e a consequente posição favorável da FUNAI à emissão pelo órgão ambiental competente da Licença de Operação ou sua renovação.

Na gestão cotidiana do programa, alguns aspectos merecem destaque, como o Sistema de Terras Indígenas (STI/DAF), que é um instrumento de monitoria e gerenciamento permanente das ações de regularização de terras indígenas em todas as suas etapas e fases. Entretanto, o STI ainda não é utilizado plenamente pela FUNAI, pois a definição institucional do seu uso para monitoramento ainda está em definição.

É de se destacar a participação social do público-alvo em audiências públicas realizadas no âmbito de alguns processos de licenciamento ambiental. A participação da população beneficiária na formulação, na execução e nas avaliações de cada evento de capacitação tem proporcionado uma maior aproximação da política global da FUNAI em relação à realidade experimentada pelos índios, atendendo melhor suas reivindicações.

Em 2004 foi realizado concurso público para preenchimento de 70 vagas na FUNAI. Entretanto, o número de cargos autorizados é insuficiente para que o órgão possa cumprir com as suas atribuições legais. Considerando-se, ainda, que não existe uma política salarial isonômica no governo federal, observa-se um alto índice de abandono de emprego na FUNAI. Os novos servidores se desligam do órgão assim que logram aprovação em outros concursos.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar o indicador “Taxa de degradação das terras indígenas” para “Taxa de Atendimento a Terras Indígenas com Projetos Ambientais”, representado pela seguinte fórmula de cálculo: “relação percentual entre o total de terras indígenas atendidas com projetos ambientais e o total de terras indígenas conhecidas”.

RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA

OBJETIVO

Reconhecer a Utilidade Pública Federal de instituições que prestam serviços à sociedade sem interesse lucrativo.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 170.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 22.547,00 Pago estatais: - Total: R\$ 22.547,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ANÁLISE DE PROCESSOS NO PRAZO LEGAL

Unidade de medida: Porcentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Neste programa, que não mais existe em 2006, o MJ assume o atendimento a totalidade das demandas por qualificação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa está voltado a instituições das sociedades civil, associações e fundações com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, como extensão da atuação estatal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implementação do Cadastro Nacional de Entidades (CNEs).
- Recebimento de 9.999 relatórios circunstanciados.
- Concessão de 1.619 títulos de utilidade pública e qualificação de interesse público federal.
- Publicação, de informações gerais das entidades cadastradas, inclusive disponibilizando modelos e formulários, na Intranet do MJ.

- Encaminhada proposta da Secretaria Nacional de Justiça ao gabinete do Ministro, para a desvinculação do título de utilidade pública do certificado expedido pelo CNAS, por meio de projeto de lei.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Embora o programa tenha sido extinto, as demandas da sociedade civil por reconhecimento e qualificação estatal cresceram acima do esperado em 2005. Com a criação do CNEs, houve um aprimoramento na comunicação entre o Estado e a sociedade, que gerou:

- Desburocratização do tratamento dos pedidos de qualificação e uma maior eficiência do serviço prestado.
- A transparência da análise realizada, que constitui o cerne do serviço de qualificação e que justifica tanto o aumento das concessões quanto o aumento no número de cassações, pois por meio do CNEs pode-se trabalhar informações mais precisas e consistentes sobre as atividades desenvolvidas pelas entidades que se dirigem ao MJ.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em junho de 2005 foi realizada, no Ministério da Justiça, reunião para discussão e validação das propostas de alteração do PPA. Naquela oportunidade, decidiu-se que o programa 0671- “Reconhecimento de Utilidade Pública” seria excluído de acordo com a proposta formulada por técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; muito embora o Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação fosse contrário à exclusão, propondo apenas alterações pontuais (denominação, objetivos etc.) e a inclusão de uma nova ação, “Cadastro Nacional de Entidades”.

Na revisão do PPA para o exercício 2006, o programa foi excluído e suas atividades estão concentradas numa nova ação, “Cadastro Nacional de Entidades”, no programa “Gestão da Política na Área da Justiça”. A alteração justifica-se pelo escopo reduzido do programa, que não se relacionava a um problema suficientemente amplo da sociedade mas estava focado em apenas uma operação, o reconhecimento de entidades de utilidade pública.

Em decorrência do contingenciamento orçamentário de 86,73% dos recursos deste programa, verificou-se o comprometimento da aquisição, manutenção e substituição de recursos materiais, sobretudo tecnológicos, que dariam suporte à implantação do Cadastro Nacional de Entidades.

A criação do Cadastro Nacional de Entidades (CNEs) pode ser considerada uma prática de gestão exemplar, porque estabelece a indissociabilidade entre eficiência, eficácia e efetividade. Trata-se de um sistema eletrônico destinado à racionalização dos serviços públicos, com o principal objetivo de facilitar a comunicação entre o Estado, as entidades e a sociedade, na medida em que desburocratiza, padroniza e confere transparência aos processos de requerimento e prestação de contas. Dessa forma, proporciona o incremento da participação e do controle social.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado: R\$ 2.065.483,00
R\$ 2.638.350,00	Pago estatais: -
	Total: R\$ 2.065.483,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

INDICADOR(ES)

1. TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DE UM PROCESSO JUDICIAL

Unidade de medida: dia

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Conforme mencionado na avaliação de 2004, é difícil mesurar esse indicador uma vez que no Poder Judiciário brasileiro as diferenças são significativas e não existe uma uniformidade de gestão processual. Atualmente não existe indicador aceitável.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade de modernização e reforma do Judiciário faz-se presente, uma vez que na sua organização e funcionamento existe uma dispersão e burocratização dos serviços de atendimento, falta uniformidade na organização dos cartórios e há insuficiência e baixa capacidade dos atendimentos dos Juizados Especiais. Na área de planejamento e controle social, o público desconhece as ações do Poder Judiciário. Os recursos humanos são deficientes na sua formação e qualificação profissional, acarretando prejuízos ao atendimento ao público. No que tange a recursos da tecnologia da informação, não é amplamente utilizada a comunicação eletrônica em petições, audiências e notificações e os serviços cartoriais não são informatizados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Reforma Infraconstitucional - O Ministério da Justiça e o Supremo Tribunal Federal elaboraram e encaminharam ao Congresso Nacional 26 projetos de lei que alteram as leis de processo civil, trabalhista e penal, conferem funcionalidade à tramitação das causas e procuram inibir a utilização da Justiça como meio de protelar o pagamento de dívidas. As propostas são o resultado de debates, proposições e sugestões anteriores, apresentadas por juristas, entidades e associações que vivem os problemas do sistema judicial na prática, como o Instituto Brasileiro de Direito Processual, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação dos Juizes Federais do Brasil e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Destacam-se abaixo as leis recentemente aprovadas:

- Lei nº 11.187/05, que dá nova redação aos artigos 522, 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido.
- Lei nº 11.232/05. A nova lei dá mais racionalidade e agilidade à tramitação de ações de cobrança, um dos maiores responsáveis pelo congestionamento dos tribunais brasileiros.
- Lei nº 11.277/06 - Julgamento de processos repetitivos. Acresce o art. 285-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), alterando a sistemática de julgamento em casos de multiplicidade de processos iguais.
- Lei nº 11.276 - Súmula impeditiva de recursos. Altera os arts. 504, 506, 515 e 518 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões.
- Lei nº 11.280/2006 - Meios eletrônicos – resultado da aprovação do PL 4726/2004 (PLC 116/05). Altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependências, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos, e revoga o art. 194 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

IBERREDE - Foi criada a Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica em Matéria Civil e Penal (IBERREDE) para agilizar e fortalecer a cooperação das Justiças dos países Ibero-americanos.

O sistema digital será usado para facilitar a prática de atos judiciais como interrogatório, inquirição de testemunhas, busca, apreensão e bloqueio de bens no exterior. Pelo Executivo brasileiro, o acordo foi costurado pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário e do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRCI). Grupos formados por promotores, juízes e integrantes do Ministério da Justiça (ou órgão correspondente) vão intermediar a comunicação entre os órgãos judiciários dos países Ibero-americanos.

Prêmio Inovare - O prêmio foi criado para identificar, premiar, sistematizar e disseminar práticas pioneiras e bem sucedidas de gestão do poder judiciário e do ministério público que estejam contribuindo para a modernização, desburocratização, melhoria da qualidade e eficiência dos serviços da justiça. A partir da identificação e da escolha das práticas, foi realizado um trabalho de sistematização das iniciativas, com o objetivo de formatá-las e difundi-las por todo o país. O resultado foi um banco de dados de experiências de gestão e modernização do Judiciário. Num segundo momento, terá início um processo de implementação das práticas em outros órgãos jurisdicionais do país, com acompanhamento e capacitação dos profissionais envolvidos. Em 2005, em sua segunda edição, foram concedidos quatro prêmios nas categorias juiz individual, juizado especial, Tribunal e Ministério Público.

Acesso à Justiça - A ampliação do acesso à justiça no país é uma contribuição na ampliação do espaço público do exercício da cidadania, na promoção e defesa da coesão social de grupos e segmentos populacionais e no fortalecimento da democracia. No tocante ao tema, a Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ implantou o projeto Justiça Comunitária que estimula as comunidades a desenvolver seus próprios mecanismos de solução de conflitos por meio do diálogo, da participação e da promoção dos direitos humanos, evitando que os conflitos tornem-se ações judiciais. O projeto é implementado por agentes de justiça comunitários, pertencentes à comunidade que operam, compartilhando os problemas, refletindo os valores e as relações sociais locais. No mesmo sentido, foi desenvolvido o projeto "Justiça Restaurativa", baseado na premissa de que a vítima, o autor do crime, pessoas envolvidas com a vítima e/ou com o criminoso e lideranças comunitárias devem compartilhar a busca de solução para os problemas causados pelo crime cometido, com a assistência de uma terceira pessoa imparcial - um mediador ou um facilitador. Em 2005 foi assinado termo de cooperação técnica para a implementação, no Distrito Federal, de um projeto piloto da Justiça Restaurativa. Também foi assinado termo nos mesmos moldes com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e foram implementados os projetos pilotos nas cidades de São Caetano do Sul, região metropolitana de São Paulo, Porto Alegre e Brasília.

Diagnóstico da Defensoria Pública - O estudo é o primeiro mapeamento em âmbito nacional sobre a estrutura, o funcionamento e o perfil dos membros da instituição e abrange não apenas as Defensorias Estaduais como a Defensoria Pública da União. O levantamento foi feito junto a todos os Estados, exceto naqueles em que as defensorias ainda não foram criadas (SP, GO e SC) e no Paraná, onde não houve resposta sobre a situação no Estado. A pesquisa tem por objetivo identificar aspectos específicos das Defensorias Públicas e, assim, propor medidas que possam contribuir para o fortalecimento e ampliação de seus serviços, de fundamental importância para garantir o acesso da população à Justiça, sobretudo a de baixa renda, que não tem condições de arcar com custos de advogado.

O trabalho mostrou que estavam em atividade nos Estados, no Distrito Federal e na União 3.250 defensores públicos, um número considerado insuficiente para atender à parcela da população que necessita de prestação gratuita de serviços de orientação jurídica. Eles estão à disposição em apenas 42% das comarcas brasileiras existentes na Justiça Comum Estadual.

No mesmo sentido foram elaborados diversos outros estudos, seminários e pesquisas que subsidiarão as propostas para reformas no Judiciário.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A Secretaria da Reforma do Judiciário sofre com a falta de infra-estrutura com relação a espaço físico, equipamentos de informática, telefones e mobiliário. Apesar disso, deixou-se de adquirir equipamentos de informática em virtude da demora na conclusão do processo licitatório (tomada de preço).

Os servidores acumulam funções para gerenciar o Programa de Reforma do Judiciário.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Secretaria de Reforma do Judiciário vem desenvolvendo um projeto de inclusão digital, que utiliza os meios de informática para levar alguns serviços da Justiça até o cidadão que habita em áreas carentes e distantes dos centros urbanos. A proposta é utilizar os telecentros para aproximar a população da Justiça, através da disponibilização de informações sobre o andamento dos processos nos juízos e tribunais.

O Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) é um programa de inclusão digital do Governo Federal, coordenado pelo Ministério das Comunicações e utiliza ferramentas de tecnologia da informação para promover a inclusão digital em todos os Estados brasileiros. Atualmente, está presente em cerca de 3.200 escolas municipais e estaduais, sindicatos e ONGs de todo o país. O programa disponibiliza equipamentos e conexão via satélite para comunidades carentes. Com um sinal de alta velocidade e serviços de e-mail, escritório, laboratório virtual, hospedagem de páginas e canal de notícias, comunidades tradicionalmente excluídas das redes de telecomunicações promovem seu desenvolvimento econômico, cultural e pedagógico.

No que se refere à participação social, cabe destacar que todos os projetos de lei são resultado de debates, proposições e sugestões apresentadas por juristas, entidades e associações que vivem os problemas do sistema judiciário na prática, como o Instituto Brasileiro de Direito Processual, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação dos Juizes Federais do Brasil e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

OBJETIVO

Aumentar a segurança pública nas rodovias federais mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 1.208.940.459,00	Empenho Liquidado: R\$ 962.949.526,00 Pago estatais: - Total: R\$ 962.949.526,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS.

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 0,19 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Houve readequação dos indicadores no decorrer do Plano, sem a definição dos índices previstos ao final do PPA, o que não gerou parâmetros para avaliar a viabilidade de alcance.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As Rodovias Federais são estratégicas na aplicação de alguns programas nacionais, pois representam o elo de integração nacional. Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira. Os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis às vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pela perda de cargas e veículos sinistrados, entre muitos outros prejuízos que contabilizam cifras de bilhões de reais, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão. Uma ação mais efetiva para a redução dos acidentes com vítimas pode diminuir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fiscalização de 7.558.987 veículos.
- Recuperação de 3.237 veículos.
- Atendimento a 105 mil acidentes e prestação de socorro a 10.077 pessoas.
- Apreensão de 109.453 veículos, retenção de 21.135 carteiras habilitação e aplicação de 1.434.213 notificações.
- Em 2005, 10.077 pessoas foram socorridas diretamente pela Polícia Rodoviária Federal, um indicador expressivo da prioridade dada pela instituição ao atendimento aos usuários brasileiros e estrangeiros que se deslocam pelo país, além das populações lindeiras às Estradas e Rodovias Federais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- A aquisição de viaturas demanda mais recursos diante da necessidade de renovação constante da frota, pois é o principal instrumento de fiscalização da instituição e apresenta custos elevados de manutenção. Os serviços na área de tecnologia, monitoramento eletrônico e telecomunicações são indispensáveis para a realização das atividades operacionais do órgão.
- Apesar de algumas dificuldades e de o percentual de execução física em algumas ações não atingir o número ideal, os resultados foram favoráveis e dentro das expectativas iniciais.
- A descontinuidade no fluxo de recursos impactou a execução de serviços básicos de manutenção, tais como: aquisição de combustível, pagamento de diárias operacionais, manutenção da rede de informações, de viaturas e de bens imóveis. Em 2005, não houve a quebra de nenhum destes serviços em decorrência do atraso na liberação financeira, mas houve prejuízo nas novas contratações de projetos que somente puderam ser executados no 2º semestre, atrasando o cronograma inicial.
- Para que se consiga cumprir o objetivo do programa é imperativo que se contrate pessoal com habilidade técnica e gerencial. No mesmo sentido, é necessária a realização de concurso público para a carreira de Policial Rodoviário Federal.
- Mecanismos de avaliação de satisfação de usuários internos e externos demandam uma melhor estruturação do próprio órgão na formação de uma equipe gerencial. Criar planilhas e relatórios, questionários, sistemas de avaliação, entre outras ferramentas, têm como pré-requisito, a confecção de estudos e trabalhos específicos para este fim, para o que a Instituição não dispõe de recursos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Mecanismos de coleta e acompanhamento diário dos resultados em algumas ações, especialmente aquelas que melhor refletem a atividade da instituição, como a promoção da segurança pública nas rodovias federais e a prevenção dos acidentes de trânsito. Como exemplo, pode-se citar: o “ROD On-line”, um sistema que coleta os números de todas as ocorrências policiais diariamente e o “BR Brasil”, sistema em processo de implantação que acompanha o desenvolvimento de todas as operações e ocorrências policiais em todo o país.

Reuniões periódicas com os coordenadores de ação e a gerência para avaliar o andamento do programa, com o aperfeiçoamento sistemático desse processo. Porém, não há o efetivo acompanhamento físico das ações executadas pelo Ministério dos Transportes, somente o financeiro, que de acordo com os dados do SIAFI apresenta execução de aproximadamente 54% em relação à LOA.

RECOMENDAÇÕES

- Definir os índices esperados para os indicadores do programa.

SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP

OBJETIVO

Reduzir a criminalidade, a violência e a impunidade mediante a implantação do Sistema Único de Segurança Pública.

PÚBLICO-ALVO

Operadores de segurança pública.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 370.649.050,00	Empenho Liquidado: R\$ 247.909.871,00 Pago estatais: - Total: R\$ 247.909.871,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. ÍNDICE SINTÉTICO DE DESEMPENHO.

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Algumas ações previstas dependem de decisões das Unidades Federadas, o que implica na incerteza quanto ao alcance das metas.

A expectativa é a de implantar 25% do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) por ano e a implantação é mensurada por 6 fatores: valorização e formação profissional; gestão do conhecimento; reorganização institucional; estruturação e modernização da perícia; prevenção da violência e controle externo e participação social.

Assim, até ano de 2005 deveriam estar implantados 50% do SUSP. Entretanto, 32% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança pública foram contingenciados, em 2005 e a meta foi reestimada para 42%. A mensuração de todos os fatores de avaliação mostrou um resultado de 48,54% de implantação do SUSP em 2005.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Governo Federal objetiva adotar uma estratégia de integração de todas as Unidades da Federação. Por meio do SUSP, os governos estaduais e municipais

passaram a apresentar projetos a serem apoiados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), dentro de diretrizes estratégicas que priorizam o atendimento eficiente às demandas da sociedade e o impacto na criminalidade. Tem por objetivo a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal. Os principais eixos de atuação são a gestão unificada da tecnologia da informação; gestão do sistema de segurança; formação e aperfeiçoamento de policiais; valorização das perícias e a melhora da produção de prova; prevenção da violência e instalação de ouvidorias independentes e modernização da gestão nos órgãos de segurança pública. Assim, Estados e Municípios terão condições de implementar programas de prevenção e repressão ao crime, reestruturação e reaparelhamento das polícias, combate às organizações criminosas, aprimoramento e valorização profissional bem como melhoria na análise de dados e estatística criminal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados do SUSP estão divididos em blocos correspondentes às vertentes básicas do programa:

Formação e Valorização Profissional

- Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial: 17 Unidades da Federação têm suas matrizes adequadas ao padrão nacional.
- Rede de Ensino à Distância: foram implantados 60 telecentros em todo o país, capacitando-se aproximadamente 3.800 alunos.
- Jornada Nacional de Educação em Direitos Humanos para Policiais: foram capacitados 1.850 profissionais em oito Estados.
- Parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha: foram percorridos os Estados do Piauí, Amapá, São Paulo, Acre, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Sergipe, Amazonas, Espírito Santo e Minas Gerais, formando mais de 630 policiais.
- Ações Formativas: em 2005 a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP apoiou a capacitação de 48.314 operadores de segurança pública por meio da realização de convênios. Também foram realizadas 36 ações formativas, capacitando 6.075 profissionais de segurança pública.

Reorganização das Instituições Policiais

- Padronização de procedimentos e modernização dos Corpos de Bombeiros: foram adquiridas 68 viaturas, 245 equipamentos de proteção respiratória, 3.355 equipamentos de proteção individual, 1.114 equipamentos de mergulho, 126 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 101 equipamentos hidráulicos de desencarceração.

Programas de Prevenção à Violência e Criminalidade

- Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade: até o final de 2005, estarão disponíveis no site do observatório mais de 200 práticas de prevenção à violência e criminalidade. (www.mj.gov.br/Senasp)
- Tráfico de Seres Humanos: foram realizadas quatro oficinas regionais para atualização sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual nas capitais de 4 Estados (PA, SP, PB e DF). Foram capacitados 400 operadores de segurança pública, compondo uma rede de proteção, articulação e

responsabilização no tráfico de pessoas, que participarão na elaboração do “Manual sobre o Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual”, voltado aos profissionais de segurança pública.

- Plano Integrado de Segurança Pública: em 2005, a SENASP beneficiou 68 Municípios, apoiando ações concebidas em consonância com o Plano Integrado de Segurança Pública.
- Política Nacional de Polícia Comunitária: até o final de 2005 encontrava-se em etapa final de elaboração a Matriz Nacional dos Programas. Foi realizado, também, um Concurso de Polícia Comunitária no Brasil e, dos 27 programas cadastrados, três foram premiados.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Implantação de Laboratórios Regionais de DNA: foram investidos R\$ 1,5 milhão em laboratórios de 9 Estados (AM, BA, DF, SC, MG, RJ, RS, SP, PB) e do Instituto Nacional de Criminalística - INC/DPF.
- Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) Aplicada à Balística Forense: a rede de laboratórios de microscopia recebeu o auxílio de R\$ 500 mil do Ministério da Ciência e Tecnologia para a continuidade dos trabalhos. Realizou-se um seminário nacional de microscopia eletrônica com a capacitação de 13 peritos criminais de oito Estados.
- Capacitação: treinamento de 57 peritos criminais em Genética Forense e 41 em Toxicologia Forense

Controle Externo e Participação Social

- Incentivo à implantação e criação de Ouvidorias de Polícia: até o final de 2005, 14 Ouvidorias de Polícia estavam implantadas em 14 Unidades da Federação (UF)
- Ações para Redução da Violência
- Projeto Fronteiras Siniven: realizada pelo Infoseg, esta iniciativa visa ao monitoramento on line do trânsito de veículos em sete pontos de fronteira do país.
- Até o final de 2005, 66 policiais civis, militares e federais das diversas UF foram treinados no curso de Gerenciamento de Crises e Controle de Operações Especiais.
- Manutenção da Força Nacional de Segurança Pública composta por polícias militares e bombeiros dos Estados e do Distrito Federal. A Força Nacional de Segurança Pública constitui um instrumento para fixação de uma doutrina nacional para as polícias militares estaduais; para padronização de procedimentos e equipamentos no emprego da força legal (policciamento ostensivo, ação tática, controle de distúrbios civis) e para estabelecer interoperabilidade entre as forças policias estaduais, permitindo ações conjuntas em substituição ao indevido emprego das forças armadas em policiamento civil. Os policiais que passaram pelo programa da Força Nacional tornam-se multiplicadores entre seus pares que ainda não foram capacitados. Até o final de 2005, foram formados 4.989 policiais como membros da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP. A FNSP atuou no Espírito Santo e fez treinamentos no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba. Visando a racionalização do gasto dos recursos do FNSP e atendimento dos Estados conforme suas necessidades, a Senasp optou por comprar as viaturas por meio de aquisição direta durante o ano de 2005. A distribuição de viaturas para as Unidades da Federação é feita

por meio do mesmo índice responsável pela distribuição dos recursos financeiros destinados para os convênios. Até 2005, a Senasp repassou para os Estados 1.373 viaturas.

- Foram adquiridos equipamentos de proteção balística, fardamentos e acessórios, equipamentos pré-hospitalares, materiais de campanha (mochila, saco e marmitta com talheres), equipamentos táticos e armamento não letal, equipamentos antitumulto, munição, máscara contra gases e roupas) de Controle de Distúrbios Cíveis.
- A Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos e Terminais e Vias Navegáveis - Conportos normatizou, por meio de resoluções, os dispositivos que orientam as ações de segurança portuária e definiu a metodologia para a elaboração e aprovação das avaliações de riscos e dos planos de segurança a serem implementados nos portos públicos e privados. Por meio de resolução, a Conportos também avocou para si a formação dos supervisores de segurança portuária. Os supervisores, preconizados no Código ISPS, têm a responsabilidade de interagir com os agentes públicos nos portos visando aos ajustes de proteção entre navio e porto, sobre os planos de segurança das respectivas instalações portuárias onde atuam e, principalmente, na multiplicação de conhecimentos e da nova concepção cultural sobre segurança pública portuária. Dos 200 planos de Segurança Pública Portuária elaborados, 135 estão implementados. A Senasp formou 566 profissionais como supervisores de segurança portuária em seis edições do Curso Especial de Formação de Supervisores de Segurança Portuária.
- Rede Infoseg (Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização): trata-se da integração dos sistemas dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, integrando os bancos de dados e permitindo o compartilhamento das informações entre os Estados e os órgãos federais. No ano de 2004, a Rede recebeu 4 milhões de consultas. Até o final de 2005 a Rede teve 7,5 milhões de acessos e já conta com mais de 35 mil usuários cadastrados. É uma rede segura e veloz que utiliza modernas ferramentas tecnológicas e que adota o princípio de interoperabilidade do governo eletrônico (e-Ping), facilitando a integração dos bancos de dados Estaduais e Federais de forma on-line, com os bancos de dados das polícias civis, militares, federais, além das informações da Receita Federal (CPF e CNPJ), entre outros. Disponibiliza informações sobre narcotráfico, inquéritos policiais, processos judiciais e mandados de prisão, além dos dados cadastrais e imagens do Renavam e Renach, como dados de veículos, proprietários, condutores, multas e os dados de armas do Sinarm (DPF) e do Sigma (Exército).
- Gabinete de Gestão Integrada (GGI): é o responsável pela coordenação do SUSP nos Estados e pelo fomento da cultura de integração com foco no controle da violência e da criminalidade. O principal objetivo dessa ação é integrar os órgãos que atuam em segurança pública em todas as unidades da Federação. Em novembro de 2005, foi realizado em Recife o Primeiro Fórum Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada com o objetivo de demonstrar práticas bem sucedidas de Gestão Integrada do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal. Até o final de 2005, foram implantados Gabinetes de Gestão Integrada em todas as Unidades da Federação. O Primeiro Fórum Nacional dos GGIs, com a participação de

- 400 profissionais de segurança pública marcou a ação no ano de 2005.
- Capacitação em Gestão em Segurança Pública: até o final de 2005, foram capacitados 110 profissionais na área de segurança pública relativa a gestão de processos e da informação e experiências em êxitos de gestão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas ficou comprometido devido ao contingenciamento de créditos do FNSP e a liberação de parte deles no final do exercício.

Vale ressaltar que a solicitação de recursos feita pela Senasp para a implantação do programa não foi atendida em sua integralidade. Além disso, os créditos foram contingenciados e parte dos recursos só foi liberada no final do exercício, comprometendo o alcance das metas físicas.

Foi observado atraso na realização de licitações e celebração de contratos. Tais problemas não derivam da ausência de informações e integração entre a gerência do programa e a coordenação das ações e sim da falta de recursos humanos qualificados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Até 2005 foram fiscalizados 53 convênios de 10 Unidades da Federação (Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte e Santa Catarina) relativos aos anos de 2001 e 2002. O processo de seleção dos convênios a serem avaliados obedeceu aos seguintes critérios: 1) amostragem aleatória simples; 2) acompanhamento conforme prioridade da "Macro Avaliação de Risco"; 3) falhas/irregularidades apontadas na prestação de contas finais; e 4) amostragens exploratórias, feitas conforme denúncias formais de pessoa física ou jurídica. Nos 53 convênios avaliados, verificou-se que a maior parte deles continham falhas de execução, levando a que uma parte dos recursos recebidos pelos Estados tivessem que ser devolvidos ao Governo Federal. Em geral, essas falhas envolviam problemas nos procedimentos licitatórios, na destinação dos bens, na colocação da logomarca do Governo Federal e na gestão da execução dos convênios.

Com o objetivo de criar um sistema de distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública baseado na necessidade de recursos por parte das Unidades da Federação, a partir de 2003 os recursos foram repassados com base em informações estatísticas que determinam o percentual dos recursos do Fundo para cada unidade. Em 2005 os recursos do FNSP foram distribuídos com base em um índice composto por estatísticas dos Estados relativo a número composto por ocorrências criminais, o efetivo das polícias, a população, a área, o produto interno bruto e o índice de desenvolvimento humano. Ao final de 2005, foi implantado um novo sistema de distribuição dos recursos do FNSP, pautado em estatísticas e nos resultados do monitoramento da avaliação de implantação do SUSP..

RECOMENDAÇÕES

- O indicador, atualmente, é calculado a partir da agregação de 6 indicadores construídos sobre as linhas estratégicas estabelecidas pelo Plano Nacional

de Segurança Pública, relacionadas à reforma das Instituições de Segurança Pública e é utilizado um esquema de correção da meta em função do contingenciamento de recursos. Portanto, recomenda-se a alteração nos fatores que compõem o indicador de modo a corrigir a distorção provocada pelo contingenciamento, nos seguintes termos: alterar o fator de avaliação 4 para “Estruturação e Modernização da Perícia: Implantação do Laboratório de DNA em 14 Unidades da Federação até 2007”, e o fator de avaliação 5 para “Prevenção: Implantação de 200 projetos municipais de Prevenção à violência e criminalidade até 2007.”

- Incluir a ação “Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Rede Infoseg”.